



Índice

- 01** Demarcação de terras indígenas causa bate-boca entre deputados na Câmara
- 02** Organizações publicam carta sobre manifestações da mídia contra indígenas de SC
- 03** Manifestação da aPROA relativa à minuta de Portaria do Ministério da Justiça
- 04** Exposição Fotográfica beneficente retrata cultura quilombola
- 05** Lideranças negras afirmam que unidade móvel será mais uma conquista para comunidades quilombolas do Estado
- 06** Comunidades quilombolas são reconhecidas no município de Ipueira
- 07** Líderes quilombolas propõem formação a partir do Estudo 105 da CNBB
- 08** Fim de ano e número de indígenas em Cascavel aumenta
- 09** Povo das Águas inicia atendimento aos ribeirinhos do baixo Pantanal
- 10** Defesa Civil se prepara para cadastramento de ribeirinhos
- 11** Municípios do Amazonas recebem 27 lanchas da Assistência Social
- 12** Ruralistas querem um novo genocídio indígena com milícias privadas, diz Erika Kokay
- 13** Selo Quilombos do Brasil é homologado pela presidenta Dilma Roussef
- 14** Ônibus garantem atendimento de mulheres vítima de violência no campo, aldeias e quilombos



- 15 Juiz cancela leilão de usina na divisa de MT e Pará
- 16 IV Encontro Internacional sobre Línguas e Culturas dos Povos Tupí será realizado em Ji-Paraná
- 17 Índios fecham rodovia estadual em Juína
- 18 Índios protestam e voltam ao Montanha
- 19 Índios cobram pedágio na MT-170 para equipar posto de saúde
- 20 Índio é atropelado na perimetral e morre
- 21 Em Florianópolis, ministro da Justiça debate questões indígenas de SC
- 22 Seriam os índios seres humanos? Teorias a respeito.
- 23 Demarcação de terras indígenas é ponto sensível
- 24 Primeiro bairro indígena de Manaus rompe invisibilidade, por Elaíze Farias
- 25 Territórios quilombolas no Ceará são decretados para interesse social de desapropriação
- 26 Aguilera acompanha projetos para a comunidade indígena em Brasília
- 27 Comunidades indígenas são essenciais para preservar biodiversidade
- 28 Casa de saúde indígena em MS sofre com falta de infraestrutura
- 29 Método educacional indígena não se separa dos interesses comunitários
- 30 Ministro da Justiça se reúne com agricultores, índios e MPF em SC
- 31 Secretaria de Educação forma a primeira turma de professores indígenas da tribo Palikur



Boletim de Notícias - Edição nº 224 / 2013

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

-
- 32** [Bacha critica governo, nega formação de milícias, mas diz que produtores devem se organizar](#)



Demarcação de terras indígenas causa bate-boca entre deputados na Câmara
SÍTIO JORNAL GGN, 09.12.2013

O motivo foi a suspensão do debate sobre proposta que transfere do Executivo para o Legislativo a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas

Uma discussão acalorada no plenário da Câmara quase levou o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS) às vias de fato com o colega Ivan Valente (PSOL-SP). O motivo: a suspensão do debate sobre proposta que transfere do Executivo para o Legislativo a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas.

Integrante da bancada ruralista, Heinze tomou as dores do colega Alceu Moreira (PMDB-RS), partiu para cima de Ivan Valente e teve que ser contido por outros parlamentares no centro do plenário. Houve bate-boca e insultos dos dois lados.

O tumulto começou depois que Moreira fez um duro discurso atacando lideranças indígenas e criticando a decisão do comando da Câmara de adiar a instalação de uma comissão especial para analisar o tema.

Moreira criticou "meia dúzia de índios e alguns vagabundos pintados" que, em suas palavras, conseguiram por meio de "baderna" impedir a criação da comissão para debater o tema.

"Quero conversar com aquelas pessoas que estão me vendo agora e aquelas de quem o governo está surrupiando as terras por laudo fraudulento. Preparem-se: a forma de vencer no Congresso é pela baderna", disse.

E completou: "eu pensei que aqui era o Parlamento e pensei que podíamos discutir e debater esse processo, mas não. Eu realmente me sinto envergonhado e vou ter que dizer para as pessoas que represento que venham para cá e vamos fazer a baderna", disse.

Ivan Valente pediu a palavra e exigiu que o discurso fosse retirado do arquivo da Câmara porque ofende a todos que defendem a Constituição.

"Aqui não tem vagabundo que defende direito indígena, não. Tem gente que defende os direitos humanos, direitos sociais, e é contra expansão da fronteira agrícola e contra o uso da motosserra pra acabar de vez com a Floresta Amazônica, avançar sobre direitos de cidadãos", disparou.

Segundo o líder do PSOL, a proposta que repassa para o Congresso a demarcação é "inconstitucional". "Queria dizer que essa disputa não vai se traduzir só aqui. Quem quiser acabar com os direitos indígenas vai encontrar grande resistência em toda sociedade brasileira e nas ruas. Somos radicalmente contrários a elas e temos aqui muitos aliados."

CONT.



A fala, que ocorreu durante a votação da medida provisória que cria o programa Mais Médicos, aumentou a tensão e Heinze, exaltado, chegou a chamar o colega para resolver a questão na rua. Vários parlamentares se colocaram entre os dois e a sessão acabou suspensa.

Os ruralistas decidiram dificultar a votação do Mais Médicos para pressionar pela discussão da PEC. Após a confusão, o deputado disse que a proposta sobre a definição das terras indígenas precisa ser discutida.

"Os ânimos estão exaltados. Temos que debater esse tema. Eu chamei o deputado: vem para fora do Congresso. Não ia fazer o que os índios fizeram no plenário levado por eles", disse.

A discussão da PEC é uma reivindicação da bancada ruralista que pressiona o governo para editar novas regras de demarcação.

Atualmente, a demarcação é feita pela Funai (Fundação Nacional do Índio), antes da palavra final do Planalto. Os ruralistas querem tirar os poderes da fundação por acusá-la de fraudar laudos e inflar conflitos entre índios e produtores.

Os indígenas também estão descontentes com o órgão e reclamam da demora nos processos de demarcação. Segundo os produtores, o novo modelo já estaria pronto, mas o governo tem receio de apresentar as regras e receber críticas de organismos internacionais.



Organizações publicam carta sobre manifestações da mídia contra indígenas de SC
SÍTIO BRASIL DE FATO, 09.12.2013

Estes veículos que deveriam primar pela verdade, pela imparcialidade e pela transparência, bem como respeito a Constituição, têm, ao contrário, veiculado apenas as visões dos grupos que se opõem aos direitos dos povos originários, sem dar espaço a outros setores da sociedade e aos próprios indígenas

Organizações sociais

Nós, organizações, entidades e pessoas abaixo assinados, vimos a público manifestar nosso repúdio aos meios de comunicação RIC Record, Grupo RBS, Blog do Jornalista Moacir Pereira, Jornal Cidade de Joinville, Sites como Antropowatch e Questão Indígena, que, nos últimos meses, têm veiculado notícias falaciosas e preconceituosas, além de fomentar opiniões declaradamente anti-indígenas. Estes veículos que deveriam primar pela verdade, pela imparcialidade e pela transparência, bem como respeito a Constituição, têm, ao contrário, veiculado apenas as visões dos grupos que se opõem aos direitos dos povos originários, sem dar espaço a outros setores da sociedade e aos próprios indígenas.

Não permitem que se expresse a voz das lideranças desses povos, omitem as principais razões da situação de vulnerabilidade dos indígenas e criminalizam movimentos sociais e profissionais, especialmente indigenistas, antropólogos e operadores do direito, que, no responsável exercício de suas funções, atuam no sentido de colocarem em prática os preceitos constitucionais.

Lamentamos a ignorância e o desconhecimento de pessoas desinformadas que atacam as culturas indígenas em todos seus aspectos, especialmente no tocante aos seus direitos territoriais, garantidos pelas Constituições Federal (Artigo 231) e Estadual (Artigo 192), que se referem ao direito à terra, condição crucial para manutenção de seus usos costumes e tradições. Destacamos ainda que o Brasil é signatário também da Convenção 169 da OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas de 2007, que reconhecem os direitos humanos e territoriais dos povos originários.

Não culpamos estas pessoas, que, muitas vezes, de forma tão difícil quanto a dos indígenas tentam sobreviver num país desigual e injusto como o Brasil. Mas não podemos aceitar que empresas que recebem do Estado concessão pública dos meios de comunicação, destinadas a informar a população, produzam e reproduzam inverdades, promovam o preconceito étnico, cale as vozes indígenas e induza a população à violência! O poder público e estas empresas são responsáveis pela observância dos princípios constitucionais, no que tange ao direito de todos os cidadãos à informação correta (Art. 221).

Os órgãos públicos devem controlar o que estas empresas e grupos veiculam de forma leviana, obrigando-os a trazerem informações adequadas, verídicas e imparciais, ao contrário do que

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224 / 2013

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

vem sendo feito. Consideramos especialmente grave a omissão das vozes de atores fundamentais envolvidos no processo de reconhecimento dos direitos dos povos originários, em especial, das lideranças indígenas.

Os povos indígenas se SC (Guarani, Kaingang e Xokleng), desde décadas têm participado, pacientemente, de negociações com diversos órgãos, na expectativa de verem seus direitos constitucionais efetivados. São centenas de famílias aguardando a homologação das terras Pindoty, Pirai, Tarumã, Morro Alto, Araçá'i, La Klãno, Toldo Imbu, Toldo Pinhal e Xapecó Glebas A e B, em Santa Catarina.

A demora no processo de reconhecimento das terras impede a reprodução da vida dos indígenas, e torna sua situação altamente insegura e precária. As mídias, acima citadas, contribuem mais ainda para o acirramento da vulnerabilidade, prejudicando não apenas as antigas gerações, mas também jovens e crianças indígenas.

A Terra Indígena de Morro dos Cavalos (Palhoça-SC) aguarda há duas décadas pela homologação de suas terras. Discordamos totalmente da ideia veiculada por estas empresas/imprensa de que as mortes, acidentes e engarrafamentos na BR 101 sejam de responsabilidade dos Guarani. É da responsabilidade dos órgãos públicos as prerrogativas de fazerem a demarcação das terras e a construção dos túneis na região, conforme já foi determinado pelo TCU e acordado com o povo Guarani e com o DNIT. "É a construção desses túneis que desintrusará a terra indígena, evitará congestionamentos da BR, e os frequentes acidentes e mortes."

Basta de violência! Basta de mentiras!

Basta de uma imprensa parcial, que desinforma e é descomprometida com a verdade !

Pela homologação das terras indígenas Pindoty, Pirai, Tarumã, Morro Alto, Araçá'i, La Klãno, Toldo Imbu, Toldo Pinhal e Xapecó Glebas A e B.

Exigimos do DNIT a construção dos túneis no Morro dos Cavalos, que é a alternativa acordada e mais viável economicamente e ambientalmente, garantirá condições dignas de moradia, de trabalho e de vida aos Guarani na região.

Pelo RECONHECIMENTO dos direitos dos povos originários!

Pela homologação da Terra Indígena Morro dos Cavalos!

Santa Catarina, 09 de dezembro de 2013.

Assinam esta carta:

Comissão Guarani Ñemonguetá SC

Comissão Guarani Yvy Rupa SP

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224 / 2013

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

ABA - Associação Brasileira de Antropologia

Associação de Juízes pela Democracia.

Associação dos Docentes da Faculdade de Educação- ADFAED - UDESC

Cáritas Brasileira Regional Santa Catarina

CTI - Centro de Trabalho Indigenista

CIMI - Conselho Indigenista Missionário - Regional Sul

Coletivo Catarina de Advocacia Popular

Coletivo Divuant de Antropologia – SC-RS

Comitê Interuniversitário - COMINTER- SC

Comitê em defesa das Florestas de Santa Catarina

Centro de Direitos Humanos e Cidadania Ir. Jandira Bettoni - CDHC de Lages e Região Serrana

Coletivo Anarquista Bandeira Negra Florianópolis SC

Coletivo Catarina de Advocacia Popular

Coletivo DivuANT - Divulgar ANTropologia – SC e PR

FEEC - Federação das Entidades Ecologistas Catarinenses

Fórum Catarinense pelo fim da violência e exploração sexual infantojuvenil

NEPI- Núcleo de Estudos sobre Populações Indígenas - UFSC

Movimento Nacional de Direitos Humanos em SC - MNDH-SC

NEA - Núcleo de Estudos Ambientais - UDESC

Núcleo de Estudos sobre Saúde e Saberes Indígenas (NESSI/UFSC)

Núcleo de Estudos Arte, Cultura e Sociedade na América Latina e Caribe (MUSA)

NEPI- Núcleo de Estudos sobre Populações Indígenas (UFSC)

NEA - Núcleo de Estudos Ambientais (UDESC)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224 / 2013

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

Núcleo de Estudos sobre Saúde e Saberes Indígenas (NESSI/UFSC)

NUER – Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas - UFSC

Núcleo de Pesquisa em Fundamentos da Antropologia -A-Funda/UFSC

Núcleo de Estudos Arte, Cultura e Sociedade na América Latina e Caribe (MUSA/UFSC)

ADFAED – Associação dos Docentes da Faculdade de Educação UIDESC

Rede Nacional de Advogadas e Advogados Popular - Renap/SC

Núcleo Setorial Ecosocialista - PSOL

Transes - Núcleo de Antropologia do Contemporâneo (PPGAS/UFSC)

Marcha Mundial das Mulheres- SC

INCT IBP- Instituto Brasil Plural (UFAM/ UFSC)

Alexandre Araújo Costa - Professor Titular- UECE- Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas - Ceará

Angela Maria de Souza - Antropóloga e professora – Unila

Andrea Ciacchi- antropologia - UNILA

Arine Pfeifer Coelho, jornalista.

Ari Ghiggi Junior - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social – UFSC

Ariel Felipe Tornquist Sartori- Estudante- GECA Grêmio estudantil do Colégio de Aplicação UFSC

Bárbara Maisonnave Arisi- Antropóloga –Diretora do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História - ILAACH - Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da UNILA

Beatriz Catarina Maestri – Antropologa e Provincial das Irmãs Catequistas Franciscanas.

Carina Santos de Almeida – Doutoranda em História – Laboratório de História Indígena Labhin-UFSC

Carmen Sílvia Moreira Garcez – ISA (Instituto Sócio-ambiental) Campeche- SC

Carmen Susana Fava Tornquist (cientista social e professora UDESC–SC)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224 / 2013

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

Cleto João Stülp - Padre da Diocese de Chapecó, SC

Cleyenne Cerqueira - jornalista

Clovis Antonio Brighenti – Historiador e Membro do Cimi Regional Sul

Danilo Moura Instituto Palmares (Minas Gerais)

Daniela Félix - Advogada e professora - RENAP – Coletivo Catarina de Advocacia popular

Daniel Gordillo Sánchez - Estudante de Antropologia - Universidade para a Integração da América Latina - UNILA

Denise de Veiga Alves- Advogada SP

Diego Eltz Antropólogo UFRGS RS

Pe. Domingos Luiz Costa Curta, Coordenador Diocesano de Pastoral, Diocese de Chapecó, Chapecó/SC

Eduardo Luís Ruppenthal - ambientalista, biólogo e professor/RS

Edviges Ioris - Antropóloga PPGAS/UFSC

Elaine Tavares – Jornalista- IELA – Instituto de Estudos Latino americanos

Evelyn Martina Schuler Zea - Antropóloga PPGAS/UFSC

Elison Antonio Paim - professor da UFSC

Erli Aparecida Camargo - Conselheira Nacional do MNDH

Getúlio Narsizo - Professor

Gilson Moura Henrique Junior – Historiador- Psol- RJ

Giséle Neves Maciel - Doutoranda Geografia UFSC

Haliskarla Moreira de Sá - Geógrafa - Florianópolis/SC

Isabel Santana de Rose – antropóloga e professora visitante da FAFICH - UFMG

Ivanildo Claro da Silva - Diretório Municipal do Psol de Cascavel – Professor da Rede Pública Estadual

Ivan Cesar Cima – Professor

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224 / 2013

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

Jacson Antonio Santana- Coordenador do Cimi Regional Sul

Jean Tible- Professor Fundação São André - SP

João Alfredo Telles Melo – Advogado, professor de Direito ambiental e vereador (Psol) Fortaleza –Ceará

Kaio Domigues Hofmann – Antropólogo e funcionário da FUNAI-SC

Leopoldo Gerhardinger Cavaleri- Oceanógrafo doutorando em estudos ambientais UNICAMP

Lino Fernando Bragança Peres - Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC e vereador (PT) - Florianópolis(SC)

Luzia Cabreira - Advogada Coletivo Catarina de Advocacia Popular

Luis Fernando Paiva - Estudante de História - Diretório Acadêmico Oito de Maio - UDESC – SC

Luis Henrique Fragoas Pimenta - Geógrafo- SC

Luis Roberto Marques da Silveira - arquiteto e professor –do Curso de Arquitetura e Urbanismo /CTC/UFSC)

Lise Török – Jornalista – Câmara de Meio Ambiente e Saneamento do Fórum da Cidade

Margareth Castro Afeche Pimenta Arquiteta e urbanista UFSC

Mauricio Santos Matos - Belém/PA, servidor público, Comitê Metropolitano Xingu Vivo

Márcia Londero - Socióloga - Divisão do Indígena da Secretaria Estadual de desenvolvimento rural - Porto Alegre/RS

Nilo Sérgio Aragão – professor - Psol/Ceará

Marcelo Zelic - Vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais - SP e membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo - Coordenador do Projeto Armazém Memória

Maria Selenir Nunes dos Santos – Sela - Artes plásticas - UDESC Florianópolis

Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque - Antropólogo, professor na UERJ e membro do CAV/ABA

Marcos Lanna- Professor do Programa de pós graduação em Antropologia social UFSCar - SP

Margareth Castro Afeche Pimenta – Arquiteta e Urbanista – Professora da UFSC

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224 / 2013

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

Osmarina de Oliveira – Geógrafa e membro do Cimi - Regional Sul

Paulo Pinheiro Machado (Historiador/ Diretor do CFH/UFSC)

Raquel Mombelli - antropóloga UFSC

Ricardo Leining- antropólogo e biólogo, funcionário FUNAI-SC

Raúl Burgos – Professor - Programa de Pós Graduação em Sociologia UFSC

Tania Pacheco - Historiadora Blog Combate Racismo Ambiental

Tárzia Medeiros coordenação estadual da Articulação no Semiárido, Natal/RN

Telma Piacentini- Núcleo Distrital do Plano Diretor Campeche -SC

Thiago Arruda Ribeiro dos Santos - Mestrando em Antropologia - PPGAS/UFSC

Vanessa Ramos - jornalista

Vanessa de Souza Ferreira – Assistente Social

Vera Lucia Nehls Dias- geógrafa- Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento socioambiental – UDESC

Vilênia Porto Aguiar - Engenheira Agrônoma, doutoranda em Ciências Sociais da Unicamp e consultora - SC

Waleska Aureliano- Antropóloga - Museu Nacional -UFRJ - RJ



Manifestação da aPROA relativa à minuta de Portaria do Ministério da Justiça
SÍTIO CIMI, 09.12.2013

A aPROA, coletivo de antropólogos formado com o objetivo de debater o papel do profissional da área que atua em políticas públicas, vem a público apresentar sua manifestação em relação à minuta de Portaria do Ministério da Justiça que visa estabelecer “novas regras” para a execução do procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas de que trata o Decreto nº 1.775, de 1996.

Entendemos que a nova Portaria reduz os estudos de natureza multidisciplinar, coordenados por antropólogo de qualificação reconhecida, necessários à identificação dos limites das terras indígenas, a mero processo de contraditório administrativo, de modo a inviabilizar a conclusão da primeira etapa do processo demarcatório. No lugar de pautar os estudos circunstanciados por condições mínimas para o seu desenvolvimento, transforma-os em instância de suposta conciliação de conflitos sociais.

É tão ostensiva a redução dos estudos a um processo de contestação e embate, que a Portaria prevê de forma explícita três novos contraditórios, nos artigos 15, 17 e 25, que se somarão ao já previsto no Decreto 1775/96. Além desses 4 novos estágios, ao tempo da elaboração dos estudos, existe um quinto implícito no art. 6, que consiste em possibilidade de contestação simultânea à pesquisa de campo, quando se propõe acrescer ao Grupo Técnico até 12 membros que não são pesquisadores, mas representantes de órgãos da administração sem qualquer vinculação jurídico-administrativa com o processo demarcatório. Tais participantes poderão interferir, litigar, politizar, obstruir, enfim, inviabilizar a consecução de um estudo objetivo e criterioso, resultando – aí, sim – em intensificação de conflitos, na medida em que se dilata indefinidamente o período de insegurança jurídica para indígenas e não indígenas.

É necessário destacar que a extensa lista de órgãos e entes públicos que poderão indicar representantes para acompanhar e participar das atividades de campo atenta contra princípios éticos e metodológicos da Antropologia, que objetiva estabelecer uma relação dialógica com os sujeitos de pesquisa, algo que se torna inviável na presença de múltiplos participantes no processo de pesquisa, com diferentes inserções institucionais.

Outro aspecto que reforça esse caráter de antecipação e redundância do contraditório é a possibilidade prevista no art. 11 da minuta de os interessados apresentarem quesitos ao Grupo Técnico nos moldes das perícias judiciais, uma inusitada e inexplicável tentativa de antecipar o debate judicial, mas que não substituirá ou impedirá sua realização posterior. Além disso, a perícia judicial se dá sobre um objeto claramente definido, no caso, uma terra com limites identificados com base em critérios técnicos, justificados e fundamentados por contemplarem a territorialidade que o Grupo Técnico multidisciplinar identificou. Como, então, periciar um objeto indefinido cuja delimitação se obstrui?

Enfim, a nova portaria, ao invés de contribuir com o aperfeiçoamento do caráter técnico-

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224 / 2013

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

científico dos estudos de identificação e delimitação de terras indígenas, tenta transformá-los em instância deslocada de mediação de conflitos, que certamente será assediada por relações de poder conjunturais, via de regra desfavoráveis ao reconhecimento dos direitos indígenas. Somos contrários a essa tentativa, que se apresenta como ato discricionário de um ente que tem o dever poder de zelar pelo reconhecimento dos direitos territoriais dos povos originários do Brasil.

Brasília, 09 de dezembro de 2013.

Exposição Fotográfica beneficente retrata cultura quilombola SÍTIO IFRN, 09.12.2013

A exposição tem entre outros objetivos arrecadar roupas e calçados para a comunidade Quilombola do Arrojado.



Estarão expostas, a partir de hoje até o dia 31, fotografias que retratam o dia a dia da comunidade quilombola do Arrojado, localizada em Portalegre – RN. A iniciativa é dos fotógrafos José Bezerra (J. B. Segundo) e Márcio Barbosa, também servidor do Campus Mossoró. As imagens (documentais) são fruto de dois dias de trabalho, onde os profissionais conviveram e conheceram o cotidiano e a cultura daquela localidade rural. A exposição tem entre outros objetivos arrecadar roupas e calçados para a comunidade Quilombola do Arrojado. Além do inestimável valor estético do material, as pessoas que quiserem, podem contribuir doando roupas e calçados para a comunidade.

Os quilombolas são os descendentes dos habitantes dos quilombos. Em sua maioria, formada por escravos negros que fugiram do

cativeiro na época da escravidão no Brasil. Eles escapavam dos engenhos de cana-de-açúcar ou fazendas de café e se refugiavam nos quilombos, locais de resistência e proteção. Os antigos escravos formaram comunidades em torno destes núcleos e as comunidades hoje, mais de cem anos depois do fim da escravidão, recebem o nome de quilombolas, áreas de quilombolas ou territórios de quilombolas. No Estado do Rio Grande do Norte, de acordo com o INCRA tem 21 comunidades quilombolas

A exposição é aberta ao público, funcionando nos três turnos, até o dia 31 de dezembro.

Lideranças negras afirmam que unidade móvel será mais uma conquista para comunidades quilombolas do Estado

SÍTIO NOTÍCIAS.MS, 09.12.2013

Campo Grande (MS) – A coordenadora Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial de Mato Grosso do Sul (Cppir/MS), Raimunda Luzia de Brito, ao participar nesta segunda-feira (9), na Governadoria, da solenidade de assinatura do termo de adesão ao Programa “Mulher: Viver sem Violência” elogiou a ação do Governo do Estado em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) da Presidência da República. “A iniciativa do governo é uma grande vitória para todos nós”, disse Raimunda ao referir-se à entrega de duas unidades móveis de acolhimento para mulheres do campo, dos assentamentos, das comunidades quilombolas e também das aldeias indígenas do Estado.

A assinatura do termo de adesão ao Programa “Mulher: Viver sem Violência”, tem como objetivo propor estratégias para melhoria e rapidez no atendimento às vítimas da violência de gênero. No ato da assinatura, além da entrega dos dois ônibus foi lançada a construção de um espaço que abrigará diversos órgãos e serviços de atendimento à mulher, em Campo Grande.

O evento contou com a presença da vice-governadora, Simone Tebet, e da Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci.

Unidades Móveis



As unidades móveis de atendimento percorrerão assentamentos, comunidades quilombolas e aldeias indígenas no intuito de levar o atendimento devido às mulheres que moram nesses locais. Constam entre as atividades a serem realizadas pela equipe dos ônibus, ações de prevenção, assistência, apuração, investigação e enquadramentos legais, tendo ainda função educativa, com a promoção de palestras e esclarecimentos sobre a Lei Maria da Penha e sua aplicação.

CONT.



Segundo Raimunda de Brito, através das unidades móveis, as quilombolas rurais terão a oportunidade também de realizarem seus exames na área da saúde. "Elas têm que estar atentas para os calendários [de atendimento à saúde], para participarem também das realizações de seus exames, sem precisar deslocar-se para Campo Grande", avisou Brito, ao informar que no Mato Grosso do Sul existem 21 comunidades quilombolas. Na opinião da coordenadora, a saúde da mulher do campo, de forma geral, no Estado "é uma coisa séria e [é uma área em que] existem muitas dificuldades". Ela cita como exemplo o município de Nioque, onde existem quatro quilombos (Família Araújo e Família Ribeiro, Família Cardoso e Família Bulhões). "E o atendimento para essas mulheres dos quilombos é muito difícil", afirmou Brito, lembrando também que em Corumbá há três quilombos (Família Teodoro, Família Ozório e Campos Correa) e em Campo Grande são três comunidades (Chácara Buriti, Tia Eva e São João Batista).

De acordo com a coordenadora da Cppir/MS, a Subsecretária da Mulher e da Promoção da Cidadania, Tai Loschi, já solicitou aos prefeitos o envio da relação do número de mulheres que precisam dos diversos serviços e, ainda, os tipos de atendimentos para providenciar os agendamentos das mulheres.

A Subsecretária da Mulher informou que os atendimentos das unidades móveis vão depender das demandas dos municípios do Estado, porém a meta é atender a todos os municípios que serão beneficiados com a assinatura do termo de adesão ao Programa "Mulher: Viver sem Violência".

Na opinião de Antônio Borges dos Santos, secretário Executivo da Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Mato Grosso do Sul (Conerq/MS), a entrega das unidades móveis para o Estado é muito importante, "principalmente para as comunidades quilombolas que são de difíceis acessos". "Geralmente as mulheres dos quilombos são poucas assistidas, até pela falta de informações e devido às poucas condições de acesso aos locais onde existem recursos de atendimentos. Esses ônibus chegando até a elas, nas comunidades quilombolas, vão ajudar muito, principalmente no processo político de suas necessidades", comentou Borges, ao lembrar que a ação de governo é um avanço e uma grande conquista para as mulheres quilombolas. "A saúde da mulher quilombola do campo é um avanço para Mato Grosso do Sul", afirmou.



Comunidades quilombolas são reconhecidas no município de Ipueira

SÍTIO BLOG ROBERTO FLÁVIO, 09.12.2013

Durantes os dias 4 e 5 de dezembro Vilani Silva coordenadora de projetos da Secretaria de Assistência Social de Ipueira esteve em Natal para uma reunião com Dra. Graça Luca, subcoordenadora da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. A principal pauta da reunião foi articular o reconhecimento de Comunidades Quilombolas no município de Ipueira e com isso criar programas municipais visando o melhoramento para a população dessas comunidades através do Programa Brasil Quilombola.

O PBQ reúne ações do Governo federal para comunidades remanescentes de Quilombolas. As metas e recursos do Programa Brasil Quilombola envolvem 23 ministérios e órgãos federais e têm como principais objetivos a garantia de acesso a terra, ações de saúde e educação, construção de moradias, eletrificação, recuperação ambiental, incentivo ao desenvolvimento local, pleno atendimento as famílias Quilombolas pelos programas sociais, como Bolsa família e medidas de preservação e promoção das manifestações culturais Quilombolas.

Dra. Graça Luca estará vindo para Ipueira dia 11 de dezembro para uma reunião com as comunidades, onde será feito esclarecimentos sobre o reconhecimento das comunidades e ao mesmo tempo mostrar o quão é importante para esse povo se autodeclarar Quilombola, já que com esse reconhecimento as comunidades podem vir a ter benefícios.



Líderes quilombolas propõem formação a partir do Estudo 105 da CNBB

SÍTIO DOURADOS AGORA, 09.12.2013

Para fortalecer a formação, articulação e mobilização das comunidades quilombolas, a CNBB constituiu um grupo de trabalho (GT) sobre o tema na última Assembleia Geral.

O objetivo é o aprofundamento do texto de estudo 105 da Conferência, intitulado "A Igreja e as comunidades quilombolas".

O GT se reuniu na sede da CNBB no dia 4 de dezembro, com o objetivo de melhorar a articulação das lideranças quilombolas e promover momentos de formação com o estudo 105.

O presidente da CNBB, cardeal Raymundo Damasceno Assis, acompanhou parte da reunião, motivando os trabalhos do grupo.

"Percebemos que o texto traz informações importantes, mas também há alguns pontos que precisam ser aprofundados, como a questão da mineração em terra indígena, a religiosidade nas comunidades negras, e como tornar o próprio texto mais conhecido", diz o coordenador do grupo e bispo de Brejo (MA), dom José Valdecir Santos Mendes.

O bispo explica que o texto parte da resistência das comunidades negras, e marca o apoio da Igreja nessa luta.

"É uma importante manifestação de apoio, da parte da Igreja, por esse povo quilombola que luta por seus territórios", afirma dom Valdecir.

No encontro, foi estabelecido um plano de trabalho que inclui a elaboração de uma publicação popular para incentivar o debate em pequenos grupos. Para enriquecer o texto de estudo, o GT conta agora com representantes da Comissão Pastoral da Terra e os Agentes de Pastoral Negros (APN).

A expectativa é de que o tema volte à pauta da Assembleia Geral dos Bispos em 2015, com as modificações que serão propostas pelo grupo.(CNBB)



Fim de ano e número de indígenas em Cascavel aumenta

SÍTIO CATVE, 09.12.2013

Eles aproveitam o reforço na economia para aumentar as possibilidades de renda

Indígenas perambulando em Cascavel é cena comum. E no fim do ano a presença deles se torna ainda mais notável. Eles aproveitam o reforço na economia e o clima de natal para aumentar as possibilidades de renda.

Esta parte da rodoviária virou uma espécie de aldeia. São famílias inteiras em busca de sobrevivência na cidade, vendendo artesanato ou pedindo esmolas.

As mulheres se encarregam da venda. As crianças são usadas para comover os clientes e passam os dias assim, dormem ao relento, brincam e também correm muito perigo.

"Elas atravessam na frente dos carros, tem que atravessar para pedir moedas", relata Paulo Yamaezaki, taxista.

Os índios que vem a Cascavel são da aldeia Rio das Cobras que fica em Laranjeiras do Sul.

Uma casa de passagem deve ser construída. Os projetos são de responsabilidade da prefeitura e já estão prontos. O que falta são os recursos que virão do Governo do Estado e do Governo Federal para a construção. O local ainda não foi definido.

"Acho que deveria ter um canto, um lugar especial, um banheiro para tomar banho, ter alguma coisa mais social, porque eles ficam muito abandonados", comentou a dona de casa Luzanira Pereira.

"Creio que o que seria melhor no meu ponto de vista que o governo mudasse as leis federais e os índios fossem incluídos aos mesmo moldes dos brancos na escolas, mudando a educação deles e só assim resolveria o problema da nossa classe indígena no país", comentou o taxista José de Oliveira.



Povo das Águas inicia atendimento aos ribeirinhos do baixo Pantanal

SÍTIO PÉROLA NEWS, 09.12.2013

A Prefeitura de Corumbá está atendendo a população ribeirinha residente na região do baixo Pantanal com a nona edição do Programa Social Povo das Águas. Esta é a última ação de 2013 e durante toda a manhã desta segunda-feira, 09, os trabalhos acontecem no Porto da Dona Fátima destinado às famílias das regiões do Porto Formigueiro, da Boca do Paraguai Mirim e da Volta Grande.

Ainda nesta segunda, no período da tarde, a equipe da Prefeitura estará no Porto da Manga. Na terça, 10 de dezembro, o Programa Social atenderá os ribeirinhos de Forte Coimbra na Escola Municipal Ludovina Portocarrero, entre às 8h e 13 horas. No dia 11, quarta-feira, a ação estará no distrito de Porto Esperança.

O atendimento ficará concentrado na Escola Municipal Rural Porto Esperança, das 8h às 14 horas. Os trabalhos terminam na quinta-feira, dia 12, na região de Porto Morrinho. A equipe multidisciplinar do Município atenderá a população no Porto da Odila, das 8h às 14 horas.

O Povo das Águas é realizado pela Prefeitura de Corumbá e coordenado pela Secretaria de Governo. Também integram a ação a Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Cidadania, Educação, Produção Rural e da Defesa Civil. Está será a nona edição do programa social neste ano.

Antes, os médicos, dentistas, enfermeiros, educadores, assistentes sociais, agrônomos, vacinadores, técnicos de enfermagem, agentes de saúde e agentes zoonoses estiveram na Parte Alta do Pantanal sul-mato-grossense e no Taquari. Cada uma das regiões foi atendidas três vezes ao longo do ano.

Defesa Civil se prepara para cadastramento de ribeirinhos

SÍTIO IMIRANTE, 09.11.2013

O cadastro serve para ajudar no socorro aos moradores em caso de enchentes.



Os dados coletados serão repassados para outras secretarias.

IMPERATRIZ – Com início do período chuvoso, que deve se estender até março do próximo ano, começa também a preocupação de algumas instituições com relação ao risco de enchentes em alguns bairros da cidade com a cheia do Rio Tocantins.

Pensando nisso, a Defesa Civil de Imperatriz já está se preparando para iniciar o serviço de cadastramento dos moradores de áreas ribeirinhas, como as regiões próximas aos riachos Capivara, Bacuri e Cacaú, e, principalmente, os moradores dos bairros do Curtume, Beira Rio, Caema e Leandra, que estão localizados às margens do Rio Tocantins.

“Estes, sem dúvida, são os mais atingidos pelas enchentes”, disse o superintendente da Defesa Civil, Francisco das Chagas.

Uma equipe da Defesa Civil vai percorrer todas as áreas anotando a quantidade de pessoas moram nas casas, sexo, idade e se tem algum doente. Todas as informações colhidas serão repassadas para outras secretarias, como a de Saúde, Meio Ambiente e Infraestrutura, que estão diretamente ligadas ao socorro em casos de enchentes.



Municípios do Amazonas recebem 27 lanchas da Assistência Social

SÍTIO MDS, 10.12.2013

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) assina nesta terça-feira (10) termos de doação das embarcações, que apoiarão o trabalho das equipes volantes de assistência social na busca ativa de ribeirinhos e extrativistas

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) assina, nesta terça-feira (10), em Manaus, o termo de doação de 27 lanchas para municípios no estado do Amazonas. As embarcações, que serão entregues pela Marinha do Brasil nos próximos dias, facilitarão o deslocamento das equipes de assistência social para realizar a busca ativa de famílias ribeirinhas e extrativistas ainda não incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, além do acompanhamento das famílias já atendidas.

Cada lancha tem capacidade para transportar até 12 pessoas, sendo dois tripulantes. Os equipamentos foram construídos na Base Naval de Val-de-Cães, em Belém. Os 27 municípios que assinarão o termo de doação são: Alvarães, Anamã, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Boa Vista do Ramos, Borba, Careiro, Carauari, Envira, Fonte Boa, Guajará, Itamarati, Jutai, Lábrea, Manicoré, Marã, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Parintins, Rio Preto da Eva, Santa Isabel do Rio Negro, Silves, Tabatinga, Tefé, Tonantins, Tapauá e Urucurituba.

Após a assinatura do termo de entrega, o MDS começa a realizar o repasse de R\$ 7 mil mensais a cada uma das prefeituras que receberão as lanchas. Esse recurso pode ser usado na manutenção das embarcações, compra de combustível e contratação de pessoal. Em 2014, outros 15 municípios amazonenses também receberão as lanchas, totalizando 42 em todo o estado. Cerca de 150 mil famílias serão beneficiadas. O investimento total é de R\$ 9,7 milhões – cada embarcação custa R\$ 232,8 mil.

Com as lanchas, as equipes volantes podem ampliar o atendimento à população ribeirinha. Elas oferecem todos os serviços de proteção básica dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras): identificação de situações de vulnerabilidade e risco social, acolhimento, reuniões com as famílias, visitas domiciliares, atendimentos individuais e em grupo, ações comunitárias, encaminhamentos e articulações com outras políticas para atender a população.

Além dos municípios amazonenses, 24 cidades do Pará já receberam as embarcações. No total, até o final de 2014, o MDS e a Marinha do Brasil pretendem entregar 113 lanchas para municípios da Amazônia Legal e do Pantanal.

Informações para a imprensa:

Ascom/MDS

(61) 2030-1021

imprensa@mds.gov.br

Ruralistas querem um novo genocídio indígena com milícias privadas, diz Erika Kokay
SÍTIO REVISTA FORUM, 10.12.2013

Deputada critica leilão promovido no último fim de semana, que arrecadou R\$ 1 milhão para a segurança armada das fazendas do Mato Grosso do Sul



Para deputada Erika Kokay, leilão dos ruralistas "é uma afronta e uma tentativa de organizar milícias contratando segurança privada"
(Foto: Divulgação)

Aconteceu no último final de semana, em Mato Grosso do Sul, o "Leilão da Resistência", evento organizado por ruralistas para levantar fundos para a segurança armada das fazendas. Parlamentares e empresários do agronegócio que estiveram presentes no leilão declararam que a intenção é se proteger das "invasões indígenas".

Durante o "leilão" a Funai (Fundação Nacional do Índio) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) foram acusados de serem "retrógrados", "preconceituosos" e de atuarem "contra os produtores brasileiros".

À Revista Fórum Cleber Buzatto, secretário executivo do Cimi, disse que a intenção dos ruralistas é "uma tentativa de deslegitimar a luta dos povos indígenas". Sobre as acusações de que o Cimi atuaria contra produtores do Brasil, Buzatto desmente: "Não somos contrários aos produtores rurais, sejam grandes ou pequenos. Em momento algum fizemos declarações nesse sentido". O ativista do Cimi reitera que eles trabalham e defendem os direitos dos povos indígenas como estão "nos marcos legais e na Constituição".

Para a deputada federal Erika Kokay (PT-DF), o leilão "é uma afronta e uma tentativa de organizar milícias contratando segurança privada". A parlamentar acompanha as lutas indígenas e teve papel fundamental no engavetamento momentâneo da PEC 215, que visa tirar do Palácio do Planalto e do Ministério da Justiça a prerrogativa de homologar e demarcar terras indígenas e quilombolas, passando essa função ao legislativo (entenda mais abaixo).

Kokay foi categórica ao afirmar que "eles [os ruralistas] querem legalizar o enfrentamento armado contra a população indígena, querem ter o direito de matar". A deputada conta que esteve no Mato Grosso do Sul e pode ver a questão de perto. "Ali houve a construção de fazendas em terras indígenas, inclusive, utilizaram os índios como mão de obra e não pagaram, depois foram jogados, encaixotados em caminhões e confinados em aldeias", denuncia a deputada.

Para Erika Kokay, estamos de frente a um "novo genocídio". "Estamos observando um

CONT.



etnocídio, querem reeditar o genocídio do povo indígena. Isso (Leilão da resistência) é uma ousadia daqueles que se acham acima do Estado, da Constituição e da vida. É o patrimonialismo clássico. Eles pisoteiam na Constituição e na democracia”, finaliza a deputada.

Procurada pela reportagem da Revista Fórum, a Funai, que foi classificada pela senadora Kátia Abreu como “falida, retrógrada e atrasada”, declarou por meio de sua assessoria de imprensa que “não irá se pronunciar sobre o assunto”.

A PEC 215 e a luta contra o direito à terra

Tramitando há 13 anos no Congresso Nacional, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 visa transferir ao legislativo a responsabilidade de demarcação e homologação de terras indígenas, quilombolas e áreas de preservação ambiental. Hoje, esta ação cabe ao Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio (Funai) e à Presidência da República.

Em entrevista à Revista Fórum (117/edição dezembro, 2012), a desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo e cofundadora da Associação Juízes pela Democracia (AJD), Kenarik Boujikan, declarou que a ideia da PEC é fazer com que a homologação das terras saia do executivo, “que já não faz quase nada, e passar para o Legislativo, para aí sim não fazer absolutamente nada”.

Em setembro, houve a tentativa de se instalar uma comissão especial na Câmara para analisar a PEC 215, porém, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), não autorizou. À época, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, declarou que o governo é contrário a PEC e que a considera “inconstitucional”. Tal posição já havia sido externada pela presidenta Dilma Rousseff quando se reuniu com líderes indígenas, em julho.

Selo Quilombos do Brasil é homologado pela presidenta Dilma Roussef

SÍTIO GRAFIAS NEGRAS, 10.12.2013

Estratégia criada pela SEPPIR para identificar os produtos oriundos de Comunidades Quilombolas, como verduras, legumes, polpas de frutas, laticínios e artesanato, promove maior valorização étnicocultural, além de possibilitar novos espaços de comercialização



O 'Selo Quilombos do Brasil' foi homologado pela presidenta da República, Dilma Roussef, nesta quinta-feira, 5, durante solenidade de assinatura de um conjunto de atos e medidas de governo que marcam o avanço na implementação de ações no âmbito do Programa Brasil Quilombola (PBQ), coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

O selo é uma estratégia criada pela SEPPIR para identificar produtos oriundos de Comunidades Quilombolas, como verduras, legumes, polpas de frutas, laticínios e artesanato.

Desde a publicação da Portaria Interministerial nº 5, de novembro de 2012, o 'Selo Quilombos do Brasil' passou a ter sua expedição associada e articulada ao Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF), emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), garantindo maior valorização, fomento e profissionalização das práticas produtivas quilombolas e contribuindo para a promoção dos empreendimentos identificados.

A iniciativa também promove maior valorização étnicocultural, além de possibilitar novos espaços de comercialização como feiras, compras públicas e rede de mercados a um público que vem se esforçando para incrementar a produção quantitativa e qualitativamente.

O 'Selo Quilombos do Brasil' associa ao produto contemplado valores cada vez mais exigidos pelos consumidores e que de fato fazem parte de suas práticas, como sustentabilidade, responsabilidade socioambiental, valorização da cultura local e da produção regional. Já para o consumidor, fica assegurado o direito de conhecer a origem do bem adquirido.

Como obter o Selo

A comunidade quilombola interessada na obtenção do Selo Quilombos do Brasil deve encaminhar o pedido ao MDA, que tem até 60 dias para se manifestar quanto à aprovação do pedido.

O Selo pode ser utilizado por agricultores familiares quilombolas (pessoas físicas) que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), cooperativas ou associações de agricultores familiares quilombolas que possuam ou não DAP e, empresas cujos produtos tenham participação relevante na agricultura familiar quilombola.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224 / 2013

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

Para quem não possui o DAP, quando o produto possui uma única matéria-prima, basta comprovar que, pelo menos 50% dos gastos com aquisição têm origem na agricultura familiar quilombola e, quando o produto é composto por mais de uma matéria-prima, o empreendimento deve comprovar que mais de 50% da matéria-prima principal foi adquirida da agricultura familiar quilombola.

Coordenação de Comunicação da SEPPIR



Ônibus garantem atendimento de mulheres vítima de violência no campo, aldeias e quilombos

SÍTIO JUSCLIP, 10.12.2013

Campo Grande (MS) – As duas unidades móveis do Programa Mulher: Viver sem Violência que vão prestar atendimento psicossocial e jurídico às mulheres que vivem no campo e na floresta, doadas pelo governo federal ao governo do Estado de Mato Grosso do Sul, vão garantir o atendimento de mulheres vítimas de violência em todos os municípios. Inicialmente esta recepção será realizada prioritariamente nas cidades que não possuem os segmentos especializados de atendimento no interior para a mulher que sofre violência.

Os altos índices de violência física e psicológica no campo tendo a mulher como vítima são preocupantes para a coordenadora de mulheres camponesas do Estado de Mato Grosso do Sul, Odete Maria Ferronato. “Vamos atuar em todo tipo de violência que inibe e isola esta mulher do campo. Com este ônibus as mulheres poderão saber quais seus direitos e como elas podem acessar as políticas públicas de combate a agressão física, moral e verbal.

Esta unidade vai levar principalmente informação e conhecimento e aumentar ainda mais a autoestima da mulher do campo. É uma forma também de conquistar a autonomia financeira de cada mulher”, contou a coordenadora. A unidade móvel faz parte da adesão ao Programa Mulher: Viver sem Violência para prestar atendimento às mulheres que vivem em assentamentos, nas comunidades quilombolas e indígenas e vem fortalecer ainda mais o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, sendo realizado em conjunto com a Câmara Técnica Estadual, segundo a subsecretária da Mulher e da Promoção da Cidadania, Tai Loschi. “Estes ônibus vêm para fortalecer ainda mais essas políticas.

O governo do Estado tem investido nesta fiel parceria e no que tange às unidades móveis de atendimento estamos em contato direto com as gestoras municipais de políticas para as mulheres de 25 unidades e coordenadores dos Centros de Referências de Atendimento a Mulher em Situação de Violência de 12 municípios polos e lideranças das mulheres do campo, indígenas e quilombolas”, ressaltou Tai. “A participação de todas neste processo é de fundamental importância já que são elas que convivem e conhecem de perto a realidade de cada região”, completou a subsecretária de MS.

No Estado o atendimento será feito em 205 assentamentos, 75 aldeias indígenas divididas em 11 etnias e 21 comunidades quilombolas. “Essas são algumas das diretrizes para elaboração do cronograma de trabalho das unidades móveis de acolhimento às mulheres do campo e de locais considerados de difícil acesso, uma reivindicação antiga que hoje se torna realidade”, comemorou Tai Loschi. A presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Alessandra Nunes, reforçou que mais políticas públicas precisam acontecer no campo. “Estamos comemorando a primeira ação efetiva que vai chegar às mulheres trabalhadoras do campo e da floresta.

CONT.



Na maioria dos municípios não existem pessoas que respondam por estas mulheres. Vamos precisar que estas ações sejam desenvolvidas pari passo com o governo do Estado. Estamos discutindo, acima de tudo, a paridade nas políticas públicas para que estas mulheres saibam como reagir em situação de violência. Não é tão simples este ônibus chegar num assentamento, por isso precisamos caminhar juntos com as secretarias de cada Estado”, pontuou Alessandra.

A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, ressaltou que com os ônibus os Estados poderão oferecer à mulher do campo e da floresta todos os serviços de forma integrada no mesmo espaço físico. “Isso facilitará o acesso dessas mulheres e a rapidez na decisão das demandas trazidas pelas vítimas. É a primeira vez que o Estado brasileiro chega no campo e na floresta com uma política concreta de enfrentamento a violência dependendo da necessidade de cada região. Não é fácil fazer estas mulheres entrarem nestes ônibus, assim como não foi fácil, lá nos anos 80, que as mulheres que sofriam violência entrassem numa delegacia”.

A ministra ainda ressaltou a importância em se estabelecer parceria com o governo do Estado na execução das ações do ônibus nos assentamentos e comunidades indígenas e quilombolas. “Sem o Estado, o governo federal não faz nada. Estamos investindo com recursos financeiros, mas o Estado tem que colaborar com pessoas para atender. Não adianta colocar uma casa, um ônibus e não ter o governo do Estado”, declarou Eleonora. O governo do Estado vai disponibilizar equipes multidisciplinares para o atendimento das mulheres vítimas de violência no campo e nas florestas, de acordo com a vice-governadora, Simone Tebet. “O governo tem mantido seu compromisso de continuar olhando com muito carinho pelas minorias. As mulheres ainda precisam deste auxílio pela desigualdade de gênero que ainda existe no Estado e no Brasil”, explicou Simone.

As duas unidades móveis estarão a partir de fevereiro percorrendo todo o Estado nos 205 assentamentos, 75 aldeias indígenas e as 21 comunidades quilombolas com palestra de prevenção, e proporcionando assistência, além de verificar a situação das mulheres de Mato Grosso do Sul, destacou Simone Tebet. “Desta forma estaremos rompendo o silêncio das mulheres violentadas, podendo verdadeiramente abraçar essas mulheres e apagar de vez em Mato Grosso do Sul esta mancha que é termos ainda em pleno século XXI, mulheres diminuídas no seu direito de cidadã, violentadas, estupradas e humilhadas perante uma situação de desigualdade e inferioridade”, finalizou a vice-governadora. Ônibus Os ônibus estão equipados com duas salas de atendimento (com acústicas isoladas), notebook com roteador e pontos de internet, impressoras multifuncionais (para digitalização de documentos e fotocópias), geradores de energia, ar condicionado, projetor externo para telão, toldo, 24 cadeiras para atendimento, copa equipada e banheiro. Os veículos ainda possuem instalações para a acessibilidade de pessoas com deficiência.

Nos veículos as mulheres poderão contar com atendimento psicossocial (psicólogo), social (assistente social), jurídico (promotores públicos), jurídico (promotores públicos), judiciário (juízes), segurança pública (delegados) e educacional com palestras sobre a Lei Maria da Penha e sobre violência contra a mulher. As demandas do atendimento das unidades serão em conformidade com a realidade e necessidade de cada região. “O fórum do campo e da floresta

CONT.



existente em cada estado e município vai mapear o índice de demanda e o formato do atendimento, definindo como será executada a atuação desta unidade móvel.

Isso vai levar o Estado até o local onde a mulher esteja em condições vulneráveis, proporcionando acesso e conhecimento sobre os seus próprios direitos”, explica o analista de suporte da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Marcelo Oliveira Barbosa ao reforçar que ao todo, são 54 ônibus que foram adquiridos pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres ao custo total de R\$ 30 milhões e mantidas por verba federal de R\$ 10 milhões pelo período de dois anos. Cada ônibus tem valor de R\$ 549,9 mil e meta de atendimento médio diário de 30 mulheres em Mato Grosso do Sul.



Juiz cancela leilão de usina na divisa de MT e Pará

SÍTIO INTERJORNAL, 10.12.2013

O juiz federal Ilan Presser, da 1ª Vara da Justiça Federal de Mato Grosso, determinou a suspensão do leilão para a contratação de eletricidade da Usina Hidrelétrica São Manoel, no Rio Teles Pires, divisa dos Estados de Mato Grosso e Pará.

O processo de instalação da hidrelétrica ganhou mais força após uma série de audiências públicas, que resultou em uma licença prévia concedida pelo Ibama e habilitação do projeto pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do governo federal.

Segundo o Ministério Público (MP) do Pará, para que a licença seja concedida, é preciso apresentar um Estudo de Componente Indígena (ECI) completo, uma vez que a hidrelétrica pode causar grande impacto ambiental e cultural para os povos indígenas Kayabi, Munduruku e Apiaká, que residem nas proximidades.

O estudo deve ser feito com base nas diretrizes de um termo de referência elaborado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), o que não aconteceu. O MP argumenta que por esse motivo o Ibama não poderia ter concedido a licença.

Por isso, uma ação foi proposta pelo MP visando a anulação da licença. Um leilão de concessão já está marcado para o próximo dia 13 durante o 2º Leilão de Energia A-5/2013, e a Justiça Federal determinou pelo cancelamento até que seja decidida o imbróglio a respeito da nulidade da licença prévia.

"Para elevar o Estudo do Componente Indígena a instrumento substancial de harmonização dos valores do desenvolvimento, com o direito das minorias indígenas impactadas, de rigor o deferimento da pretensão liminar, como medida de cautela, até o julgamento do mérito da demanda sobre a nulidade da Licença Prévia 473/2013", diz trecho da decisão.

Caso a decisão seja descumprida, foi determinada uma multa diária de R\$ 500 mil a ser suportada pelos réus.

A hidrelétrica - O projeto prevê uma barragem de 40 quilômetros no Teles Pires, com a capacidade de 700MW. De acordo com o projeto, sua primeira unidade de geração está prevista para começar em 2015.



IV Encontro Internacional sobre Línguas e Culturas dos Povos Tupí será realizado em Ji-Paraná

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 10.12.2013

IV Encontro Internacional sobre Línguas e Culturas dos Povos Tupí será realizado em Ji-Paraná

No período de 10 a 12 de dezembro de 2013, no Campus da Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir) em Ji-Paraná, acontece o IV Encontro Internacional sobre Línguas e Culturas dos Povos Tupí.

O evento é promovido pelo Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural do Departamento de Educação Intercultural (DEINTER) por meio de cooperação interinstitucional entre o Laboratório de Línguas Indígenas da Universidade de Brasília (LALI) e o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (UFMT).

Devem participar do evento pesquisadores e pesquisadoras de instituições educacionais e/ou de pesquisa cujos estudos são direcionados para o conhecimento científico das línguas e culturas Tupí, estudantes de graduação e de pós-graduação que desenvolvem pesquisas sobre essas línguas e culturas, estudantes de outras áreas do conhecimento, técnicos de outras instituições que trabalham com indígenas do Brasil, bem como lideranças indígenas Tupí.

A escolha do Campus de Ji-Paraná/Unir para abrigar o evento justifica-se em razão da instituição ter 65 indígenas falantes de línguas Tupí como estudantes do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural em Ji-Paraná, dos quais, 5 Arara; 5 Cinta Larga; 11 Gavião; 1 Karipuna; 1 Karitiana; 5 Makuráp; 4 Puruborá; 18 Suruí; 3 Tuparí e 12 Zoró. "Estes indígenas terão a oportunidade de participar ativamente do encontro, apresentando trabalhos e debatendo durante as discussões sobre suas respectivas línguas e culturas", comentou uma das coordenadoras do evento, professora Edineia Aparecida Isidoro.

Outros motivos considerados importantes para que o evento aconteça em Rondônia, é que o Estado é considerado o berço dos povos Tupí. "O linguista Aryon Dall'Igna Rodrigues propõe a área entre o Mamoré e o Aripuanã como sendo a região original dos falantes do Proto-Tupí. Rondônia é também o estado que apresenta a maior concentração de famílias Tupí: Tuparí, Arikém, Tupí-Guaraní, Puruborá, Mondé e Ramarama. As demais famílias são a Mundurukú, a Awetí, a Juruna e a Mawé e a Tupí-Guaraní, conforme os pesquisadores", explicou a coordenadora.

A docente destacou que o evento será importante por causa da possibilidade de participação de um maior número de indígenas em evento científico, o qual também reunirá especialistas indígenas e não indígenas de diferentes áreas do conhecimento e de diferentes estados do Brasil, além de pesquisadores de outros países, todos desenvolvendo estudos relacionados aos povos Tupí, inclusive estudos que envolvem questões comuns a povos Tupí e outros povos indígenas do Brasil e de áreas adjacentes.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224 / 2013

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

A meta do IV Encontro Internacional sobre Línguas e Culturas dos Povos Tupí, ao privilegiar a interinstitucionalidade e a cooperação interdisciplinar para o enriquecimento das pesquisas e para o reconhecimento do avanço nesse campo, é promover o diálogo e a cooperação entre pesquisadores de diferentes áreas, não só no nível acadêmico, mas também na aplicação dos resultados de suas pesquisas em benefício do fortalecimento das línguas, das culturas e também da integridade física, psíquica e social dos povos Tupi.

Mais informações e inscrições podem ser obtidas no sítio eletrônico do evento http://tupi4.laliunb.com.br/crbst_1.html.

Fonte: Ascom/Universidade Federal de Rondônia

Índios fecham rodovia estadual em Juína
SÍTIO MUTUM NOTÍCIAS, 10.12.2013



Os índios decidiram cobrar pedágio para arrecadar fundos para um posto de saúde que foi instalado recentemente na aldeia.

Um grupo de índios da etnia Enawenê Nawê bloqueou um trecho da MT-170, em Juína, e cobram pedágio dos motoristas que trafegam pela região. Conforme o coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), Antônio Carlos Ferreira de Aquino, os índios decidiram cobrar pedágio para arrecadar fundos para um posto de saúde que foi instalado recentemente na aldeia.

O grupo cobra R\$ 50 de motociclistas e R\$ 100 de outros veículos que trafegam pela ponte do rio Juruena na rodovia. Alegam ainda que só liberam o tráfego em caso de urgência. Segundo Ferreira, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) foi informada sobre a

falta de recursos para a aldeia, mas ainda não deu resposta.

Os índios devem continuar o pedágio por tempo indeterminado. Na aldeia vivem 720 índios, distante cerca de 120 quilômetros de Juína.

Índios protestam e voltam ao Montanha

SÍTIO JORNAL A HORA, 10.12.2013

Tribo instala barraca na ERS-130 e condiciona saída à construção de quiosque



Lajeado - Famílias caingangues se instalam às margens da ERS-130, próximo do acesso à rodoviária, no bairro Montanha. A ocupação começou neste sábado e serve de protesto contra a demora do poder público em construir um quiosque para a venda de produtos artesanais. Até ontem, 60 pessoas - mais da metade da tribo Foxá - estavam no local.

3De acordo com o vice-cacique, Gregório Antunes da Silva, 46, a administração municipal se compromete a montar um ponto de comercialização há 13 anos. As promessas

se iniciaram no período em que o município buscava a transferência da tribo para outro local, mudança feita em outubro de 2007.

A aldeia estava instalada no lado oposto da rodovia onde ocorre o protesto, cerca de 50 metros. As famílias vivem em uma área na divisa entre os bairros Santo Antônio e Jardim do Cedro, situada na orla da ERS-130, próximo ao estádio Alviázul.

"A promessa do quiosque foi uma moeda de troca para que saíssemos de lá. Cansamos de esperar", destaca o líder. Na época, o município ofereceu três áreas para a tribo. Segundo Silva, se optou pelo atual espaço por se acreditar na possibilidade de vender as mercadorias. Mas o "fraco" comércio desestimula os índios.

A sobrevivência, destaca o vice-cacique, depende sobretudo do dinheiro arrecadado com os artesanatos. Além disso, o grupo também recebe auxílio do governo federal, por meio do bolsa família. "Onde moramos, mal dá para viver."

Conforme o cacique, Francisco dos Santos, 54, foram realizadas diversas reuniões com o poder público e não se chegou a nenhuma solução. Garante a permanência do protesto até um posicionamento concreto da administração municipal.

Na aldeia, vivem 23 famílias, totalizando 96 moradores.

Executivo avalia áreas

CONT.



Em reunião entre poder público e líderes da tribo, realizada em outubro, foi debatida a possível instalação de um quiosque no Parque Professor Theobaldo Dick, em espaço anexo à feira do produtor. A avaliação surgiu depois de uma reação de entidades sobre a presença de crianças indígenas nas ruas do Centro.

No entanto, destaca o secretário da Agricultura, Ricardo Giovanella, a construção no local é inviável. Feirantes rurais têm contrato para ocupar as bancas até outubro de 2014 e o prazo de cedência deve ser prorrogado por mais dez anos. "Tivemos boa aceitação dos produtores ali. Pretendemos continuar assim."

De acordo com o secretário de Governo, Auri Heisser, o município trabalha para encontrar uma área adequada à tribo. Diversos locais foram apresentados ao grupo, destaca, mas foram rejeitados. "Só nos resta definir onde construiremos o quiosque."

Informa que a legislação proíbe construções no parque dos Dick. Para ele, a rodovia seria mais indicada. No entanto, tem preocupação quanto à segurança das famílias, sobretudo crianças, em função do intenso tráfego de veículos.

O principal problema seria a autorização da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR), responsável pela administração da ERS-130. O Executivo, cita Heisser, verifica apenas as condições fiscais.

EGR cobra saída de índios e ambulantes

No sábado à tarde, policiais do Comando Rodoviário da Brigada Militar de Cruzeiro do Sul foram chamados, após índios iniciarem a construção da barraca no local. Dois agentes conversaram com três integrantes do grupo, que haviam cortado árvores para fazer a sustentação do abrigo.

De acordo com o comandante do posto policial, sargento Paulo Renato Bernardi da Silva, a ocupação foi informada à Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR), entidade responsável pela estrada. Segundo ele, a faixa de domínio da rodovia é de 30 metros. Nesse perímetro, nenhuma estrutura pode ser construída.

O presidente da estatal, Luiz Carlos Bertotto, condena a instalação de qualquer pessoa às margens da rodovia. Segundo ele, existem outros casos no Vale e em demais regiões que passam por análise, como de ambulantes. "Vamos pedir a saída de todos. Ninguém pode ficar ali."

História da aldeia

A construção da nova aldeia começou em agosto de 2005. Na época, a Procuradoria Estadual da República determinou que as casas deveriam oferecer uma estrutura mínima com água e luz, onde os indígenas pudessem morar durante os períodos em que estivessem na cidade para vender seus produtos, obtendo a renda necessária à sua manutenção.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224 / 2013

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

Após conversas e acordos firmados entre caingangues e entidades, como Ministério Público Estadual, Funai e alguns segmentos da sociedade, como Conselho Tutelar, igreja, Comin, Cimi e Administração Municipal de Lajeado, em 11 de outubro de 2005, os índios conseguiram o direito de uso de uma área de terra de 500 metros quadrados.

O município levou meses para encontrar um local adequado, que atendesse aos critérios das famílias caingangues.

Nova reunião ocorreu em março de 2007, tendo sido decidida a construção das casas para a e 2 de abril do mesmo ano. As casas foram construídas em modelo determinado pela Funai e entregues aos caingangues.

Índios cobram pedágio na MT-170 para equipar posto de saúde

SÍTIO BARRA 1, 10.12.2013



Grupo de índios da etnia Enawenê Nawê está bloqueando um trecho da MT-170, em Juína (735 km a noroeste de Cuiabá) e cobrando pedágio dos motoristas que trafegam pela região.

Conforme o coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), na região, Antônio Carlos Ferreira de Aquino, os índios decidiram cobrar pedágio para arrecadar fundos para um posto de saúde que foi instalado recentemente na aldeia. "Eles reclamam que não há medicamentos e equipamentos na unidade".

O grupo cobra R\$ 50 de motociclistas e R\$ 100 de outros veículos que trafegam pela ponte do Rio Juruena na rodovia. Alegam ainda que só liberam o tráfego em caso de urgência. Segundo Ferreira, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) foi informada sobre a falta de recursos para a aldeia, mas ainda não deu resposta.

Os índios devem continuar o pedágio por tempo indeterminado. Na aldeia vivem 720 índios, distante cerca de 120 km de Juína.



Índio é atropelado na perimetral e morre
SÍTIO O PROGRESSO, 10.12.2013

Jekison Ramires Duarte, de 18 anos, trafegava de bicicleta pela rodovia

Por volta das 11h de ontem, o indígena Jekinson Ramires Duarte, 18 anos, foi atropelado na perimetral norte, em Dourados, ele chegou a ser levado ao hospital, mas não resistiu e morreu. A vítima, que estava de bicicleta, foi atropelada por uma carreta, porém, o condutor do veículo se evadiu do local e não prestou socorro.

Amigos do indígena disseram que ele era morador da Aldeia Bororó e havia saído de casa para comprar carne em um açougue. Quando já retornava com o produto acabou sendo atropelado.

A vítima trafegava de bicicleta, na altura do Residencial Monte Carlo. Ainda não se sabe se ele estava na pista ou no acostamento. No local foi encontrada uma placa, que possivelmente pertença ao veículo que o atropelou, mas a polícia ainda não confirmou a informação.

Devido à gravidade dos ferimentos, a vítima teve que ser sorrida por duas equipes do Samu, que o encaminharam ao Hospital da Vida em estado grave. O indígena sofreu traumatismo craniano e múltiplas lesões pelo corpo, e morreu por volta das 12h30. A Polícia Civil investiga o caso.

Em Florianópolis, ministro da Justiça debate questões indígenas de SC

SÍTIO CORREIO LAGEANO, 10.12.2013



O Governo do Estado recebeu em Florianópolis nesta segunda-feira (09), o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para uma série de audiências que trataram do futuro de áreas ocupadas por comunidades indígenas em Santa Catarina. Foram promovidos debates com autoridades do Ministério Público Federal e de entidades representantes de produtores rurais e de comunidades indígenas. Duas áreas ganharam prioridade no debate: a comunidade de Araçaí, entre os municípios de Saudades e Cunha Porã, no Extremo-Oeste do Estado; e a

comunidade do Morro do Cavalo, às margens da rodovia BR-101, na Grande Florianópolis.

"Nosso objetivo é estabelecer um entendimento para evitar novos conflitos. Vamos contribuir com tudo que for possível para tentar resolver problemas históricos e acabar com esse clima de insegurança entre produtores rurais e comunidade indígena", afirmou o governador Raimundo Colombo, ao receber o ministro da Justiça, pela manhã.

Durante as audiências, o governador foi representado pelo vice Eduardo Pinho Moreira. "O que pedimos para todas as autoridades envolvidas nesse caso foi bom senso, para deixarmos de lado o que atrapalha o desenvolvimento e buscarmos um acordo", afirmou Pinho. Ele destacou que ainda neste ano será anunciado um novo cronograma de audiências, desta vez com a proposta de discutir cada área individualmente, incluindo aquelas que não entraram nos debates desta segunda.

Também participaram das audiências desta segunda, entre outras autoridades, os secretários de Estado da Casa Civil, Nelson Serpa; da Agricultura, João Rodrigues; e o procurador-geral do Estado, João dos Passos Martins Neto. Os debates terminaram às 19h30min.

Araçaí

A comunidade de Araçaí, entre as cidades de Saudades e Cunha Porã, no Extremo-Oeste Catarinense, foi uma das áreas debatidas, por envolver disputas entre produtores rurais e comunidade indígena Guarani. O ministro Cardozo destacou que é preciso que a Justiça defina com quem deve ficar a área, para então se estabelecer um acordo permanente. Mas para garantir encaminhamentos e ganhar tempo, ele traçou os cenários possíveis e obteve a concordância dos envolvidos.

CONT.



Enquanto aguardam a definição da Justiça, os índios ficarão provisoriamente em um terreno de 800 hectares, localizado em Bandeirante, no Extremo-Oeste, já comprado pelo Governo do Estado no valor de R\$ 8 milhões e que será cedido à Funai.

Caso a Justiça determine que a comunidade de Araçaí pode ser ocupada pelos produtores rurais, estes permanecerão no local e os índios passarão a ocupar permanentemente o terreno em Bandeirante.

Caso a decisão da Justiça defina Araçaí como comunidade indígena, os índios Guarani voltam para o local e o terreno de Bandeirantes será vendido para pagar as indenizações necessárias aos produtores rurais que hoje têm propriedades em Araçaí.

Morro dos Cavalos

Outra área debatida foi a do Morro dos Cavalos, em Palhoça, na Grande Florianópolis. O futuro da comunidade indígena interfere diretamente nas obras de duplicação da rodovia BR-101. Entre as alternativas estudadas, está a construção de uma quarta pista da rodovia ou de um túnel na região.

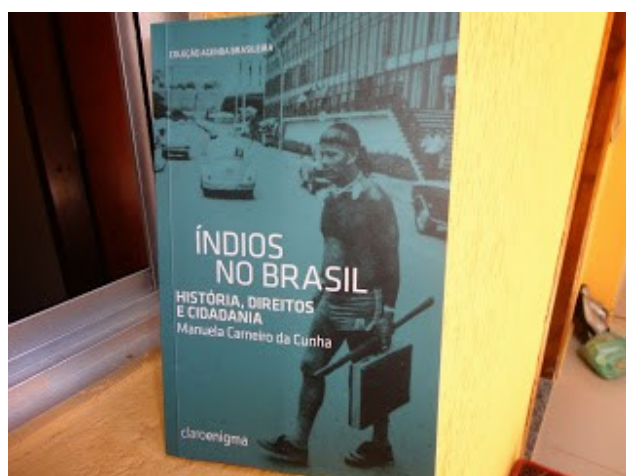
O ministro Cardozo solicitou novos dados sobre a área, informações que devem ser encaminhadas ao ministério dentro de 15 dias. Com estas informações em mãos, a proposta é de que o ministro volte a Florianópolis ainda neste ano para dar novos encaminhamentos à questão do Morro dos Cavalos.

Outras áreas indígenas catarinenses serão debatidas em novos encontros, que devem ter o cronograma divulgado nesta próxima visita do ministro à Santa Catarina. "As demais questões serão discutidas isoladamente e minuciosamente em novas audiências. Cada caso é um caso, são questões jurídicas diferentes. Nosso trabalho é mediar o debate para evitar o conflito e buscar ao máximo a possibilidade de conciliação", afirmou o ministro Cardozo.

Foto: James Tavares/Secom

Seriam os índios seres humanos? Teorias a respeito.

SÍTIO BLOG DO PEDRO ELOI, 10.12.2013



Terminei de ler o livro de Manuela Carneiro da Cunha *Índios no Brasil - história, direitos e cidadania*. O livro é estruturado em cinco capítulos sobre os temas expressos no subtítulo. Dois deles me impressionaram mais especificamente, por abordarem a questão de como os brancos viram os índios ao longo do tempo. O capítulo segundo aborda as visões do século XVI e o terceiro as visões do século XIX. A ganância e a ambição determinaram estas visões. É impressionante como as teses do século XIX, que em nome da racionalidade chegaram a argumentos que eram simplesmente irracionais. Coisas da derivação da lógica formal.

É fundamental a leitura deste livro para a compreensão da questão indígena no Brasil.

Os dois mais impressionantes documentos do século XVI sobre os índios são a carta de Caminha e os relatos de Américo Vespúcio. Além de descrições superficiais já se constata nestes documentos observações mais profundas como as de gente bestial a ser amansada e de animais racionais. Em 1532 a igreja católica se pronuncia declarando os índios como entes humanos como os demais homens, declaração esta, que causou tantos incômodos a muitos e tentativas de provas em contrário.

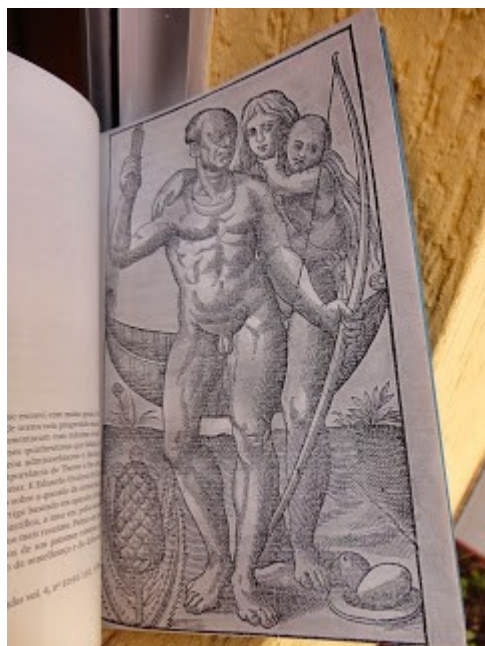
As tentativas maiores de provar cientificamente a não humanidade dos índios se dão ao longo do século XIX. As motivações obviamente são econômicas. Ganância e ambição, como já afirmamos são o motivo fundamental. Vejamos como Manuela Carneiro da Cunha enuncia a questão: Paradoxalmente, com efeito, é no século XIX que a questão da humanidade dos índios se coloca pela primeira vez. O século XVI - contrariamente ao que se podia supor pela declaração papal de 1532 afirmava que os índios tinham alma - jamais duvidara de que se tratava de homens e mulheres. Mas o cientificismo do século XIX está preocupado em demarcar claramente os antropóides dos humanos, e a linha de demarcação é sujeita a controvérsias. Blumenbach, um dos fundadores da antropologia física, por exemplo, analisa um crânio de Botocudo e o classifica a meio caminho entre o orangotango e o homem". Certamente é a isso que se chama de racionalidade técnica ou instrumental.

Mas o motivo que me leva a escrever este post é o raciocínio elaborado por um cidadão de Estrasburgo, ainda por cima um abade, que procrastina toda a possibilidade de futuro na América. Trata-se de Cornelius de Pauw. Eu explico. Só não entendo como esta teoria não foi

CONT.

mais explorada para justificar possíveis teorias sobre a nossa inferioridade. Talvez porque a abrangência da teoria atinge a todos, não se restringindo a classes. Estas teorias estão no conjunto das teorias raciais e deterministas da inferioridade intransponível do povo que veio se formar aqui no Brasil e de uma maneira geral em toda a América. Mas vejamos a história contada por Manuela:

"O célebre naturalista francês Buffon havia defendido a tese de que a natureza nas Américas fenecia sem chegar a seu pleno acabamento: era o continente dos animais miúdos, que não rivalizavam com os portentosos elefantes e rinocerontes africanos". Até aí tudo bem, uma simples constatação. Mas vejam o que fez o abade de Estrasburgo. Manuela continua contando:



"Alguns anos mais tarde, em 1768, um abade de Estrasburgo, Cornelius de Pauw, publica um livro em que extrapola à humanidade nas Américas o que Buffon havia dito de sua fauna. Assim como grandes animais não podiam vingar no Novo Mundo, a espécie humana estava igualmente destinada a degenerar nessas regiões sem chegar a atingir a maturidade: como prova bastavam os índios, que seriam a senescência de uma humanidade prematuramente envelhecida e destinada à extinção". O que não faz o estudo..., a ciência?

A razão cínica, instrumental e técnica produziu teorias absurdas sobre os indígenas e que foram pouco refutadas no Brasil.

Manuela ainda faz uma observação muito perspicaz a respeito da repercussão dessa teoria: "Pouco discutida no Brasil, embora muito mal recebida nos EUA e nos países latino-americanos, que a entendiam como uma condenação global da possibilidade de civilização no Novo

Mundo, essa teoria conheceu no entanto aqui dois defensores célebres. Um foi Von Martius que, em ensaio oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre o Estado de Direito entre os índios do Brasil, concluía com as exatas ideias de De Pauw; outro foi o grande historiador Varnhagen..."

Eu fico impressionado sempre que vejo as interpretações de Brasil feitas pela nossa elite. Fico admirado de sermos o que somos, apesar de termos sido assim pensados. Mas tomo as palavras da antropóloga e professora Manuela Carneiro da Cunha para concluir este texto. "Essas ideias, que atribuem à natureza e à fatalidade de suas leis o que é produto de política e práticas humanas, são consoladoras para todos à exceção de suas vítimas".



Demarcação de terras indígenas é ponto sensível

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.12.2013

A demora do governo Dilma Rousseff em tomar uma decisão sobre as demarcações de terras indígenas é considerada hoje o principal fator de afastamento dos ruralistas da campanha da presidente pela reeleição e o que mais tem potencial de aproximá-los dos presidentiáveis Aécio Neves (PSDB) e Eduardo Campos (PSB)

Eduardo Bresciani - O Estado de São Paulo

O problema começou em maio, quando os ruralistas intensificaram as críticas ao modelo de demarcação adotado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Naquele mês, conflitos entre fazendeiros e indígenas se acentuavam pelo País, sobretudo em Mato Grosso do Sul. O governo, então, suspendeu o processo de demarcações no Rio Grande do Sul e no Paraná e anunciou que iria analisar a situação de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

Prometeu ainda que no mês seguinte colocaria em prática um novo modelo para as demarcações em que outros órgãos, como a Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa), passassem a ser consultados.

Somente na semana passada, porém, o governo apresentou a ruralistas e índios a minuta da proposta, elaborada pelo Ministério da Justiça e pela Advocacia-Geral da União. Seria criado um órgão consultivo com representantes de nove ministérios, mas a decisão continuaria com a Funai. Desagradou a ambos os lados. Os indígenas exigem a manutenção do modelo centralizado na Funai, enquanto os representantes dos produtores rurais não gostaram de que órgãos como a Embrapa tenham papel apenas consultivo.

Insatisfeitos, índios fizeram uma marcha na Esplanada e parte deles tentou invadir o Palácio do Planalto na quarta-feira. Os ruralistas convocaram um protesto para a próxima quarta-feira. Coordenador da Frente Parlamentar da Agropecuária, o deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS) reclama da "enrolação" do Executivo. "Precisamos ter uma decisão. É preciso respeitar os direitos dos produtores que estão há várias décadas nas terras e não podem ser retirados com base em laudos antropológicos fraudados", diz ele, que também cobra um posicionamento de Aécio e Campos.

'Ônus'. Líder do PSD, bancada repleta de parlamentares ligados ao setor, o deputado Eduardo Sciarra (PR) diz que a proposta apresentada "deixa a desejar". Ele alerta que um adiamento desta questão terá influência no debate eleitoral. "Se não resolver agora vai entrar no debate eleitoral e é uma situação que vai trazer ônus para o governo."

Aliados do governo no setor têm alertado que a questão indígena tornou-se a principal demanda e que não resolvê-la pode jogar por terra medidas tomadas pela presidente como a ampliação do seguro rural e o desenvolvimento de um plano safra negociado com o setor.



Boletim de Notícias - Edição nº 224 / 2013

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

O objetivo dos ruralistas é aplicar às demarcações condicionantes semelhantes às adotadas pelo Supremo Tribunal Federal no caso da reserva Raposa Serra do Sol. As condicionantes proíbem a ampliação de áreas existentes, dão à União poder para relativizar o usufruto dos índios e prevê que os entes federados tenham “efetiva participação” nas demarcações.

Como alternativa à demora do governo, ruralistas retomaram também a pressão sobre o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), para a criação de uma comissão especial para avaliar a Proposta de Emenda à Constitucional (PEC) que submete todas as demarcações a decisões do Congresso. Alves tem resistido a levar adiante a PEC na espera de uma resposta do governo.

Primeiro bairro indígena de Manaus rompe invisibilidade, por Elaíze Farias
SÍTIO CEDEFES, 10.12.2013

Cansados de viver em área de risco e em más condições, integrantes de várias etnias se somaram em 2011 e agora tentam conquistar serviços públicos básicos, mas deparam com pouco interesse



O Nações Indígenas é formado agora por quase duzentas famílias que foram chegando rapidamente ao local. Foto: Elaíze Farias – RBA

Na madrugada de 19 de abril de 2011, um grupo de 14 famílias indígenas chegou a um terreno baldio do bairro Tarumã, na zona oeste de Manaus. A data foi escolhida estrategicamente pelo líder do grupo, o indígena Sebastião Castilho Gomes, mais conhecido como cacique Sabá Cocama (sobrenome que faz referência à sua etnia). No dia 20 de abril, já se contabilizavam 30 famílias e, nas semanas seguintes, o número chegou a mais de 100.

Passados dois anos e meio, a área é praticamente uma comunidade consolidada em Manaus. Mesmo destituídos de serviços básicos de urbanização (água, luz, rua asfaltada, escola, posto de saúde) e vivendo em moradias precárias (algumas delas de madeira e lona), os indígenas classificam o local como um “bairro” batizado de Nações Indígenas.

Embora existam outros pequenos grupos étnicos em Manaus, o Nações Indígenas é o primeiro “bairro” ocupado apenas por indígenas na capital amazonense. É, provavelmente, o único do gênero no país localizado dentro da zona urbana de uma grande cidade. São quase 200 famílias e mais de mil indígenas (não existe um levantamento preciso). Os não indígenas são cônjuges.

CONT.



"A gente decidiu ocupar o terreno no dia 19 de abril porque, sendo o Dia do Índio, ninguém 'mexeria' com a gente. Pelo menos não naquele dia", diz Sabá Cocama, uma das mais emblemáticas lideranças indígenas da capital amazonense, presente em quase todas as mobilizações sociais recentes.

Antes de 2011, duas mobilizações semelhantes foram realizadas. Ambas acabaram desarticuladas e os indígenas perderam suas moradias depois que os donos das terras reagiram e tiveram o pedido de reintegração de posse acatado pela justiça.

Na ocupação do dia 19 de abril de 2011 do bairro Tarumã os indígenas se arriscaram novamente. E novamente um proprietário de terra surgiu e foi bem-sucedido com o pedido de reintegração de posse. Desta vez, porém, os indígenas continuaram agindo estrategicamente e, enfim, a resistência deu certo. Eles saíram do terreno particular e se deslocaram para uma área vizinha, cuja propriedade não se sabe ao certo se é privada ou se pertence à administração municipal.

O nome Nações Indígenas não é mera força de expressão. É uma referência à diversidade étnica de seus ocupantes. São pelo menos 10 etnias de diferentes regiões do estado do Amazonas e de Roraima. Há indígenas das etnias cocama, miranha, mura, pira-tapuia, macuxi, baré, tikuna, munduruku e sateré-mawé. As "ruas" do bairro foram divididas conforme a etnia. Uma rua inteira é composta por indígenas da etnia miranha. Outra, por índios mura. E outras, divididas entre as etnias menos numerosas.

A autoafirmação foi um passo grande e raro para os indígenas de Manaus. De acordo com o IBGE, no Censo Demográfico de 2010 em torno de 4 mil moradores da capital amazonense se autoidentificaram como indígenas, mas o número pode não mostrar a realidade. Para Adjalma Jaques, do IBGE no Amazonas, o indígena que mora em Manaus ainda se sente pouco à vontade para se autoafirmar numa sociedade competitiva e discriminadora. "Um outro ponto que conta muito é a falta de informação que os índios urbanos têm de sua importância no contexto social. Infelizmente isso também acontece com outros membros de grupos minoritários", afirma Jaques.

Pesquisa desenvolvida pelo grupo Nova Cartografia Social da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) indica que famílias indígenas estão concentradas em vários bairros de Manaus e na zona rural da capital. O pesquisador Glademir Sales dos Santos afirma que os indígenas se reúnem na forma de comunidades e associações. Ele conta que são núcleos familiares étnicos que revelaram-se grupos organizados, com suas especificidades e designações próprias, dentro de novos processos diferenciados de territorialização.

Outro estudo, realizado pela Pastoral Indigenista e pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), afirma que há indígenas de diferentes partes do Amazonas ocupando pelo menos 35 bairros de Manaus. São Cocama, Deni, Sateré-Mawé, Tukano, Dessana, Tuiuka, Tariano, entre outros.

Embora não reconhecida pela prefeitura de Manaus, cuja administração anterior, do ex-prefeito Amazonino Mendes (PDT), chegou a tentar tirar as famílias da área, a comunidade começa a

CONT.



receber (embora mínima) atenção do poder público.

No último dia 4, recebeu a visita do secretário municipal de Educação, Pauderney Avelino, que assegurou que irá mandar construir uma escola na comunidade. Segundo a assessoria de imprensa do órgão, a escola do Nações Indígenas deve estar pronta no início de 2014, com seis salas de aula para atender 380 alunos.

Mas, além de estrutura educacional, o bairro carece de todos os serviços básicos. As ruas estão sem asfalto, não têm água encanada nem luz elétrica. As ligações de energia são clandestinas e a água vem de um poço artesiano precário. As ruas estão quase engolidas por um matagal, que os indígenas optaram manter para evitar alagação das casas em época chuvosa. Eles também se ressentem de não ter acesso em Manaus à palha (matéria-prima comum nas áreas ribeirinhas e indígenas) para construir suas casas e assim manter a tradição do modelo tradicional de moradia.

No início deste mês, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos realizou ações de saúde, orientação jurídica e inscrição das famílias indígenas no Cadastro Único do governo federal para os programas sociais. Em abril deste ano, uma ação de saúde também foi realizada no "bairro".

Famílias espalhadas

De onde vieram todas essas famílias indígenas? Segundo Sabá Cocama, muitas delas estavam "espalhadas" por Manaus vivendo em áreas de risco e cidades vizinhas da capital amazonense. Muitas delas se deslocaram de suas aldeias em busca de melhores condições ou foram expulsas de suas terras por não indígenas. "Essas famílias precisavam de um local para morar e para fazer seus rituais. Achamos esse terreninho e começamos a reunir vários povos. O índio é que nem peixe, é navegador. Fica onde acha que deve ficar", diz Cocama.

A ocupação da área teve muita repercussão em Manaus. Sabá Cocama foi processado com outros quatro indígenas pela prefeitura por danos ambientais, ação que ele nega ter praticado. "Fomos acusados de desmatar. Mas quando chegamos já estava assim. Era a quarta invasão do local. Além do mais, índio não invade. Índio ocupa. Estamos numa área onde viveram os nossos antepassados, que eram os índios tarumã", disse Cocama, referindo-se a uma etnia (extinta) que morou no que hoje é Manaus. Cocama divide o "triumvirato" da comunidade com José Augusto Miranha, 41, e Pedro Mura, 63.

É José Augusto Miranha quem mais se incomoda quando alguém lhe faz a pergunta recorrente: por que os índios saem de suas comunidades e vão para a cidade? "Quando alguém me faz essa pergunta eu respondo com outra: por que os europeus, os japoneses, os americanos vieram para o Brasil? Por que pessoas de outras regiões do país vêm para Manaus? No passado, muita gente veio para cá para tirar ouro e hoje vem para tirar gás. Nós também temos direito de ir para onde queremos ir. Só se caça onde tem caça, só se pesca onde tem pesca."

Sempre carregando uma pasta com documentos (entre eles cópias de uma legislação municipal

CONT.



de Manaus de 2012 que garante atenção aos índios que vivem da cidade e a Constituição Federal), Augusto afirma que as famílias do Nações Indígenas são as primeiras a provocar reação de uma administração municipal.

“Estamos na luta provocando esses governos para que eles criem uma lei com políticas para os indígenas que estão na capital. Queremos também ter direito à saúde, ao esporte, ao lazer e ao saneamento básico. Este bairro, se estiver bem equipado, pode servir para hospedar nossos parentes indígenas que chegam em Manaus para se tratar das doenças”, afirma José Augusto, cuja família foi expulsa por fazendeiros da comunidade Cajueri-Atravessado, no município de Coari (a 450 quilômetros de Manaus), quando ele era criança.

“Nossa família ficou espalhada pelo Amazonas. Muitos foram para o rio Madeira, outros para o Pará. É assim que acontece. Quem nos expulsa fica com as áreas mais frutíferas e bonitas. Se a gente quiser continuar na terra, tem que ficar na área onde não tem caça nem pesca. Quem quer ficar passando fome na aldeia?”, diz.

Sabá Cocama nasceu na aldeia Sapotal, em Tabatinga (a 1.108 quilômetros de Manaus), na região do Alto Solimões, fronteira do Amazonas com Colômbia. Veio para Manaus há 19 anos “para resolver o problema de seu povo”. Deixou a mulher na aldeia e quatro filhos, embora uma delas viva em Manaus.

Presença constante nas mobilizações indígenas de Manaus, Cocama tem uma explicação para isso: “Uma liderança indígena é que nem repórter. Tem que estar em todo canto. O índio tem que apoiar todos os parentes, mesmo que ele não vale nada. Nem que seja em espírito. Tem que ter pelo menos um pau para defender a causa. Ele não tem que ser covarde. Mesmo que esteja errado, vai estar lá, para ver onde a gente pode acertar. O que não quero é ver meus parentes índios ouvir na cara que eles não têm direito, pois eles têm.”

Pedro Mura, o terceiro líder da comunidade, veio do município de Borba (a 151 quilômetros de Manaus), também em busca de melhores condições, junto com a mulher e os filhos.

A reportagem entrou em contato com a Prefeitura de Manaus para saber sobre a situação fundiária do terreno, mas não obteve retorno. A única autoridade que se manifestou sobre o assunto foi o vereador e presidente da Câmara Municipal de Manaus, Bosco Saraiva (PSDB), que disse, por meio da diretoria de comunicação da CMM, que está avaliando com técnicos do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb) a possibilidade de regularização da área e titulação da terra.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) foi procurada, mas não se pronunciou.

Fonte: Por Elaíze Farias, especial para a RBA



Territórios quilombolas no Ceará são decretados para interesse social de desapropriação

SÍTIO CEDEFES, 10.12.2013

Com a publicação do decreto presidencial o Incra/CE pode iniciar a ação de regularização fundiária dos territórios com a desintrusão de famílias não quilombolas do território

Foram publicados no Diário Oficial da União (DOU) de sexta-feira (06) Decretos de Declaração de Interesse Social para fins de desapropriação dos territórios das comunidades quilombolas de Lagoa das Pedras e Encantados do Bom Jardim, no município de Tamboril, e Sítio Arruda, entre as cidades de Araripe e Salitre. Os dois são os primeiros territórios de comunidades quilombolas do Ceará decretados pela presidenta.

No Ceará, os decretos vão beneficiar um total de 101 famílias remanescentes de quilombos dos dois territórios, sendo 67 em Lagoa das Pedras e Encantados do Bom Jardim, em uma área de 1.959,7 hectares, e 34 em Sítio Arruda, que possui 334,3 hectares de área. Com a publicação do decreto presidencial o Incra/CE pode iniciar a ação de regularização fundiária dos territórios com a desintrusão de famílias não quilombolas do território.

Além de contribuir para o resgate da identidade étnica das famílias remanescentes de quilombos e garantir a posse da terra às comunidades quilombolas, a titulação dos territórios facilita a elas o acesso a diversas políticas públicas como créditos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), comercialização da produção através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), assistência técnica, entre outras.

Os decretos foram assinados pela presidenta Dilma Rousseff na tarde de ontem (05), em solenidade realizada na Sala de Reuniões do Palácio do Planalto, em Brasília (DF), com a presença de representante da comunidade quilombola de Encantados do Bom Jardim, Erinete dos Santos Oliveira. Os decretos foram assinados junto com outros atos e medidas de governo que beneficiam comunidades quilombolas. Um total de dez comunidades, incluindo as cearenses, foram beneficiadas com decretos de desapropriação de territórios.

Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas

A partir do Decreto 4883/03 o Incra ficou responsável pela identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, como regulamenta o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. A ação da autarquia começa após certificação de autorreconhecimento das comunidades, que é feita pela Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura.

Para realizar a ação de regularização fundiária dos territórios o Incra produz um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território (RTID), que reúne estudo antropológico,
CONT.



cadastro das famílias, levantamento fundiário da região, além de planta e memorial descritivo do território. O RTID é publicado nos Diários Oficiais da União e do Estado, quando é aberto um prazo para contestações do documento.

Depois da análise das contestações e aprovação final do relatório é publicado uma portaria de reconhecimento do território quilombola. Os passos seguintes são a publicação do decreto presidencial, seguida da ação de desintrusão, que consiste na retirada de famílias não quilombolas da área do território, e a titulação coletiva das terras da comunidade.

Encantados do Bom Jardim recebeu a Certidão de Autorreconhecimento da Fundação Palmares em dezembro de 2006. Já Lagoa das Pedras foi certificada em março de 2007 e Sítio da Arruda em maio de 2009. Em dezembro do mesmo ano foi publicado o RTID das comunidades de Tamboril, que estão reunidas em um mesmo processo. A comunidade entre Salitre e Araripe teve o relatório publicado no ano seguinte, também em dezembro. Em fevereiro de 2012 o Incra publicou a Portaria de Reconhecimento das duas comunidades.

Processos no Ceará

O Incra/CE possui atualmente 26 processos de regularização fundiária de territórios quilombolas abertos, com dez em estágios mais avançados. O próximo território previsto para decreto é o de Alto Alegre e Base, entre os municípios de Horizonte e Pacajus. Outros sete processos já tiveram RTIDs publicados e aguardam publicação de portaria de reconhecimento.

Comunidades Quilombolas

São definidas como grupos étnicorraciais, majoritariamente rurais e que vêm se mantendo unidas a partir de relações históricas com o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais e religiosas que, em muitos casos, subsistem ao longo de séculos.

Segundo dados do Portal Brasil são, atualmente, 2.408 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, sendo 62,4 % delas no Nordeste. A estimativa é de que existem 214 mil famílias e 1,17 milhão de quilombolas em todo o Brasil. Ainda de acordo com dados do Cadúnico, 78,7% dos quilombolas são extrativistas, agricultores ou pescadores artesanais. Existem 89 mil famílias quilombolas inscritas no Cadúnico, das quais 79,2% recebem Bolsa Família.

Fonte: <http://racismoambiental.net.br/>



Aguilera acompanha projetos para a comunidade indígena em Brasília

SÍTIO BBC NEWS, 10.12.2013

O vereador Aguilera de Souza (PSDC) viajou à Brasília no fim do mês de novembro para acompanhar o protocolo dos projetos pertinentes à comunidade indígena das aldeias de Dourados. Na ocasião, o vereador acompanhou os membros da Coordenadoria Especial de Assuntos Indígenas nos ministérios do governo federal.

Foram encaminhados projetos de meio ambiente, agricultura familiar, patrulha mecanizada e ensino profissionalizante, a fim de atender parte da demanda existente na Reserva Indígena. “Estamos buscando parcerias com o Ministério Público do Trabalho e com a iniciativa privada para angariarmos recursos para equipar a Coordenadoria, para que a mesma possa atender a comunidade e suprir a demanda, principalmente na área da agricultura familiar”.

Acompanhando o coordenador especial de Assuntos Indígenas, Leomar Mariano e sua equipe, Aguilera se reuniu com parlamentares da bancada sul-mato-grossense, buscando articular a propostas de emendas para a construção de escolas e aquisição de uma patrulha mecanizada.

“A busca de parcerias e emendas é pertinente, já que hoje temos um representante político e a Coordenadoria Indígena para legislar e articular de acordo com os interesses de nossa comunidade. É nesse sentido que temos buscado a viabilização dos nossos projetos. E nosso vereador Aguilera tem nos dado suporte”, ressaltou Leomar. (Da Assessoria Parlamentar)

Comunidades indígenas são essenciais para preservar biodiversidade

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.12.2013



Foto: Michel Pellanders, 1987, retirada do Instituto Socioambiental do Brasil

Peritos internacionais em biodiversidade defenderam esta segunda-feira ser vital para a comunidade internacional aprender com o conhecimento tradicional dos povos indígenas para enfrentar as consequências das alterações climáticas e o rápido desaparecimento de espécies

Esquerda. net – Os especialistas da Plataforma para a Biodiversidade e Serviços do Ecossistema da ONU (Ipbes) afirmaram em comunicado que as lições das comunidades indígenas são aplicáveis em campos como a agricultura, gestão de florestas ou exploração

dos oceanos.

Exemplos do valor do conhecimento tradicional indígena perante os problemas ecológicos de hoje em dia, por exemplo, incluem as técnicas de gestão de incêndios florestais desenvolvidas há milhões de anos por povos nos territórios da Austrália, Indonésia, Japão e Venezuela.

Grupos indígenas destas regiões recorrem a incêndios controlados no início da estação seca para criar zonas queimadas que mitigam os incêndios incontrolados na época mais seca do ano, contribuindo para a proteção da biodiversidade.

Os peritos também indicaram que perante o previsto aumento das condições meteorológicas extremas, a forma como os indígenas na China, Bolívia e Quênia têm gerido as suas culturas é uma lição a aprender pelos agricultores de hoje em dia.

O presidente do Ipbes, um organismo internacional cujo objetivo é procurar soluções para a perda de biodiversidade, Zakri Abdul Hamid, disse numa declaração que a tarefa do instituto "é complexa, mas essencial".

"Devemos identificar as lacunas no conhecimento e criar relações entre decisões políticas e conhecimentos em todas as suas formas", afirmou Abdul Hamid.



Casa de saúde indígena em MS sofre com falta de infraestrutura

SÍTIO G1/MT, 10.12.2013

Infiltrações, colchões velhos e falta de iluminação são alguns problemas. Número de leitos foi reduzido em 34%, diz conselho distrital.

A Casa de Apoio à Saúde Indígena, em Dourados (MS), está em situação precária. Reportagem do Bom Dia MS desta terça-feira (10) mostrou que, além de problemas na infraestrutura do prédio, o número de leitos foi reduzido em 34%. Infiltrações nas paredes, colchões velhos sem lençóis, móveis estragados, quartos e corredores sem iluminação são alguns dos problemas.

No local, são atendidos indígenas de várias cidades da região sul do estado que precisam de atendimento de média e alta complexidade. Esses pacientes são encaminhados para hospitais do município.

O presidente do Conselho de Saúde Indígena de Dourados, Sílvio Ortiz, afirma que, na casa, faltam materiais de limpeza, alimentos e materiais de higiene pessoal.

A Casa de Apoio à Saúde Indígena de Dourados foi fundada há oito anos. No local, trabalham 31 pessoas. A instituição tem sete quartos com capacidade para receber até 30 leitos a, hoje, atende cerca de 250 índios.

O presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, Fernando Souza, afirma que, no local, havia 29 leitos, mas dez deles foram desativados este ano, alguns por falta de colchões.

Ainda de acordo com Souza, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) teria assumido, na semana passada, o compromisso de enviar, nos próximos 30 dias, uma comissão avaliadora para verificar quais são os problemas na casa de apoio.

Método educacional indígena não se separa dos interesses comunitários

SÍTIO AUN, 10.12.2013



A comunidade indígena Kotiria (Wanano), localizada na fronteira do Brasil com a Colômbia, possui um modelo de educação que tem uma relação estrita com as condições de vida de seus moradores. Para eles, o desenvolvimento educacional dos membros da comunidade interfere nas condições de vida de todos, pois a gestão escolar (escolha de professores e disciplinas, por exemplo) é pensada coletivamente, longe da burocracia exigida pelas secretarias municipais e estaduais de educação.

Para chegar a essa conclusão, a pesquisadora da Faculdade de Educação da USP (FE), Aline Abbonizio, passou dois meses junto às 33 famílias que integram o povo Kotiria e participou ativamente das atividades escolares e comunitárias, prestando assessoria pedagógica que incluíam aulas de informática para alunos do ensino fundamental e médio. O resultado gerou a tese Educação escolar e indígena como inovação educacional: a escola e as aspirações de futuro das comunidades.

Aline partiu da observação que o nexos entre escola e melhoria de vida aparecia com frequência nas pesquisas relacionadas às comunidades indígenas brasileiras. Percebeu, então, que a escola é entendida como um bem comunitário. A alimentação dos alunos, por exemplo, é garantida em partes pelos ensinamentos passados por pais e avós ao longo do processo de cultivo de mandioca em uma roça feita especialmente para este fim. Por contar com o problema de escassez sazonal de alimentos na comunidade, a escola Kotiria se articulou, então, com um instituto público do Amazonas para realizar oficinas de manejo agroflorestal e psicultura que atraiu muitos ex-alunos e pais. A pesquisadora cita este caso para demonstrar o nível de articulação entre as partes estudadas.

Desde 1999, o município São Gabriel da Cachoeira, onde se localiza a maior comunidade Kotiria do país, criou em seu sistema municipal subsistemas indígenas, que deu autonomia para que cada povo criasse seus projetos educacionais, adquirindo, assim, um caráter experimental. "Neste caso, a manutenção da diversidade dentro de um sistema é mais interessante do que a implementação, em larga escala, de uma experimentação educacional considerada exitosa em um contexto específico", afirma Aline.

Com a pesquisa, pode-se concluir que o sistema educacional indígena é capaz de incorporar elementos positivos do sistema tradicional para se aprimorar. Aline cita a recente formação de professores licenciados pelo sistema universitário, constituindo a primeira geração com esse nível acadêmico. Tal aprimoramento, afirma Aline, quando atrelado à profissionalização em

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224 / 2013

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

áreas como saúde produção agrícola, “gera uma expectativa mais geral de que a elevação dos níveis de estudo deve contribuir para melhorar as condições de vida comunitária”.

Fonte: Faculdade de Educação - USP

Ministro da Justiça se reúne com agricultores, índios e MPF em SC
SÍTIO 105 FM NOSSA RÁDIO, 10.12.2013

Encontro ocorreu nesta segunda-feira (9), em Florianópolis. Objetivo foi discutir pendências que envolvem comunidades indígenas



Ministro visitou Santa Catarina para debater questão indígena (Foto: James Tavares/Secom)

O ministro da Justiça José Eduardo Cardozo se reuniu nesta segunda-feira (9), em Florianópolis, com representantes do Ministério Público Federal (MPF), Governo de Santa Catarina, agricultores e lideranças indígenas para tratar dos impasses nas questões indígenas do estado (veja vídeo).

O objetivo foi discutir as pendências que envolvem as principais comunidades indígenas, como a do Morro dos Cavalos, em Palhoça, a de Saudades, Iporã e Cunha-Porã, no Oeste, entre outras.

Como afirmou a jornalista Carolina Bahia, da RBS TV, o ministro deve assumir um papel de conciliador. A intenção é tentar desenhar um acordo entre produtores rurais e comunidades indígenas. Para isso, Cardozo tem o apoio do governador Raimundo Colombo.

Conforme o governador Colombo, a intenção do encontro foi a conversa para evitar novos embates. "Nosso objetivo é estabelecer um entendimento para evitar novos conflitos. Vamos contribuir com tudo que for possível para tentar resolver problemas históricos e acabar com esse clima de insegurança entre produtores rurais e comunidade indígena", afirmou o governador.

Também acompanharam a reunião o secretário da Casa Civil, Nelson Serpa, o procurador Geral do Estado, João dos Passos Martins Neto, o secretário da Agricultura e da Pesca, João

CONT.



Rodrigues, o adjunto da Agricultura e da Pesca, Airton Spies, e o presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), deputado Moacir Sopelsa.

Araçaí A comunidade de Araçaí, entre as cidades de Saudades e Cunha Porã, no Extremo-Oeste Catarinense, foi uma das áreas debatidas, por envolver disputas entre produtores rurais e comunidade indígena Guarani. O ministro Cardozo destacou que é preciso que a Justiça defina com quem deve ficar a área, para então se estabelecer um acordo permanente. Mas para garantir encaminhamentos e ganhar tempo, ele traçou os cenários possíveis e obteve a concordância dos envolvidos.

Enquanto aguardam a definição da Justiça, os índios ficarão provisoriamente em um terreno de 800 hectares, localizado em Bandeirante, no Extremo-Oeste, já comprado pelo Governo do Estado no valor de R\$ 8 milhões e que será cedido à Funai.

Caso a Justiça determine que a comunidade de Araçaí pode ser ocupada pelos produtores rurais, estes permanecerão no local e os índios passarão a ocupar permanentemente o terreno em Bandeirante.

Caso a decisão da Justiça defina Araçaí como comunidade indígena, os índios Guarani voltam para o local e o terreno de Bandeirantes será vendido para pagar as indenizações necessárias aos produtores rurais que hoje têm propriedades em Araçaí.



Secretaria de Educação forma a primeira turma de professores indígenas da tribo Palikur

SÍTIO AGÊNCIA AMAPÁ DE NOTÍCIAS, 10.12.2013

A Secretaria de Estado da Educação (Seed), por meio do Núcleo de Educação Indígena, promove neste sábado, 14, no Casarão da Aldeia Kumenê, município de Oiapoque, a colação da primeira turma do Curso de Formação de Professores de Nível Médio Normal para Magistério nas áreas indígenas.

O curso para a etnia Palikur vem sendo desenvolvido desde 2008. "A formação dessa turma é uma antiga reivindicação. Com o apoio do Governo do Estado, concluímos a primeira turma, sendo que temos mais duas na área do Parque do Tumucumaque, cada uma com 50 alunos. Nosso objetivo é manter a identidade cultural através da educação", afirma Aldiere Orlando, gerente do Núcleo de Educação Indígena.

O curso ficou paralisado no período de 2009 a 2010. Em 2011, a Seed retomou o projeto. A formação é amparada por lei, prevista nas Resoluções nº 13/2012-CEB/AP e 068/2002-CEE/AP, que prioriza o ingresso de professores indígenas para atuarem nos anos iniciais do ensino fundamental. O objetivo é trabalhar a cultura e a língua materna dentro do conteúdo ministrado e sistematizado para que as futuras gerações possam ter acesso. Em 2013, o curso foi concluído com a formação de 50 professores da etnia Palikur.

Essa formação servirá para que os indígenas possam disputar vagas no concurso público estinado àquela área, uma vez que a lei estabelece que os professores dessas regiões sejam da própria localidade, para que sejam respeitadas as suas tradições, língua e religião.

Rúbia Duarte/Seed

Bacha critica governo, nega formação de milícias, mas diz que produtores devem se organizar

SÍTIO NOTICIDADE, 10.12.2013



Bacha critica governo, nega formação de milícias, mas diz que produtores devem se organizar

Produtores rurais que tiveram terras invadidas por indígenas em Mato Grosso do Sul rebateram a acusação de que estariam formando "milícias" armadas para proteger suas propriedades. "Todas as entidades e associações podem e devem se organizar. Quando o produtor rural marca um evento para se organizar, defender seus direitos, as entidades entram na Justiça contra.

É um ato pacífico para garantir o direito de propriedade", criticou o presidente da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), Francisco Maia. "Não faz parte da tradição da Acrissul pegar em armas para enfrentar seja quem for. Nossa arma é o diálogo. Eu acredito que esse conflito será resolvido de maneira pacífica, com bom senso. Peço que as l

ideranças dos indígenas não busquem justiça cometendo injustiça", completou.

Para o produtor rural e ex-deputado Ricardo Bacha, que teve terras invadidas em Sidrolândia, "não existe a intenção de se resolver questão indígena no País e os produtores rurais devem se organizar, pois Tanto o índio quanto o produtor precisam de paz", afirmou.

"O Governo Federal está postergando porque não quer enfrentar de frente o problema. De 2000 para cá, o negócio desandou. Começamos a discutir a questão indígena sob outra ótica. Infelizmente, os atacados são os proprietários rurais. Se há resgate a ser feito do passado, tem que ser feito por toda a sociedade brasileira", afirmou.

Audiência Pública - No final da semana passada os produtores e representantes indígenas participaram da Audiência Pública Paz do Campo, promovida pela Comissão Permanente de Cidadania e Direitos Humanos. A audiência lotou o plenário Edroim Reverdito, na sede da Casa de Leis, e reuniu indígenas, produtores, representantes de órgãos como OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e Famasul (Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul), além de integrantes da classe política e de entidades ligadas aos Direitos Humanos. Joatan Loureiro, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MS, parabenizou a iniciativa. "Essa é uma questão de competência do Governo Federal, mas de responsabilidade do Governo do Estado, dos prefeitos e de toda a sociedade. É uma questão que envolve a vida, o patrimônio maior de qualquer cidadão. Temos que prezar pela vida, seja produtor rural,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 224 / 2013

Brasília, 10 de dezembro de 2013.

indígena, policial envolvido na questão. Esta Câmara está prestando um serviço não só a Campo Grande, mas a todo Mato Grosso do Sul”, afirmou ele.

Douglas Amaral - Noticidade